

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA LUIZA N. DE SOUZA POLAK

**O REVISITAR DOS CONCEITOS DE DEMOCRACIA: DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA À
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

CURITIBA

2008

ANA LUIZA N. DE SOUZA POLAK

**O REVISITAR DOS CONCEITOS DE DEMOCRACIA: DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA À
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

**Monografia apresentada como
requisito parcial à conclusão do Curso
de Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof. MsC Eneida Desirée
Salgado

Curitiba

2008

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela infinita bondade em ter permitido que concretizasse mais um sonho.

A Professora Eneida, obrigada por despertar em mim algo que estava latente, incentivando a busca, corrigindo e indicando novos caminhos.

Aos meus amigos parceiros de caminhada, sem a presença de vocês seria muita árdua a trajetória. Obrigada pela presença amiga.

Aos meus pais, por acreditarem e lutarem por mim desde o conhecimento da minha existência, sem vocês o hoje seria impossível.

Aos funcionários do Curso de Direito, muito obrigada pela paciência, pelas orientações e pela disponibilidade em me ajudar sempre que necessário.

RESUMO

A presente monografia aborda conteúdos que fundamentam e dão sustentação aos conceitos de democracia representativa, democracia participativa e soberania popular. Para tanto, foi necessária uma retrospectiva, revisitando os conceitos que se fazem presentes desde os primórdios da humanidade até a sociedade contemporânea. O estudo aborda os principais pensadores da temática e encerra apresentando a democracia participativa como possibilidade de complementaridade da representação política.

Palavras-chave: *Democracia representativa, democracia participativa, soberania popular.*

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	6
1 INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO II	8
2 DEMOCRACIA	8
CAPÍTULO III	28
3 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	28
CAPÍTULO IV	39
4 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	39
CAPÍTULO V	53
5 SÍNTESE REFLEXIVA	53
6 REFERÊNCIAS	56

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

Muitos afirmam que a democracia está em crise e que estamos à beira do colapso de suas instituições.

Partindo de uma visão instrumental da democracia, poder-se-ia concordar com tal assertiva; contudo a democracia transcende a esfera procedimental, não se limitando a um sistema de regime democrático nem a um sistema jurídico, cujo fim é a legitimidade do poder.

A democracia não consiste em mero instrumento de escolha de governantes, nem com ele se confunde, ao passo que o exercício da soberania popular não se esgota no momento do voto.

Muito pelo contrário, o *ideal democrático* desde o surgimento do corpo social, está latente nas veias dos cidadãos. Os auspícios por liberdade e igualdade, considerando as diferenças culturais, temporais e antropológicas de cada período e lugar, podem ser identificados em todas as sociedades desde o tempo mais remoto até os dias atuais.

Logo, não se pode subjugar a democracia e considerá-la como o grande vilão dos tempos modernos. Ora, as grandes promessas da modernidade, que fizeram parte dos sonhos e do imaginário dos filósofos iluministas, fracassaram em grande parte, ou não chegaram a se concretizar em sua plenitude.

Vivemos hoje o resultado de uma combinação que se mostrou nefasta; pois, entre as promessas inacabadas, temos a herança do capitalismo, da economia de mercado, de uma política liberal; como resultado vivemos numa sociedade marcada pela desigualdade, pelo individualismo e pelo não reconhecimento do outro.

Entre as promessas fracassadas, pode-se citar a forma representativa de democracia, a qual se mostrou insuficiente para aplacar a injustiça social e os desmandos autoritários, que apenas trocaram de fonte emanadora – da figura do rei absoluto para uma minoria elitista que governa em nome próprio.

Passamos por uma fase de transição, independentemente do nome que receba (modernidade, pós-modernidade, hipermodernidade ou mesmo transmodernidade), a qual é marcada por profundas sintomatologias de uma sociedade de consumo em massa e alienada, na qual os valores sociais, políticos, religiosos e econômicos estão sendo rediscutidos e, como não poderia deixar de ser, uma vez que permeia a sociedade desde os primórdios, o conceito, limites e a importância da democracia estão na pauta de discussão.

O presente estudo visa, primeiramente, fazer uma breve explanação dos diversos conceitos de democracia, mostrando a opção realizada por alguns doutrinadores, os quais a classificam das mais diversas formas, bem como, uma breve análise do conceito de soberania popular, pois não haveria como tratar de democracia sem abordar a definição, a amplitude e a importância conferida a esta.

No segundo capítulo, encontra-se uma crítica ao modelo representativo de democracia, que elevou o processo de escolha dos governantes ao altar desta forma de governo, e conferiu ao voto a qualidade de maior e principal forma de participação popular.

Por sua vez, o terceiro capítulo apresenta como uma proposta de *“democratizar a democracia”* a democracia participativa, que surge como uma nova fórmula a suceder à representatividade.

Sendo esta uma opção que devolve ao povo, único e verdadeiro titular da soberania, as chaves dos centros de poder e tomadas de decisão, que hoje pertencem a uma elite política, bem como o recoloca como agente e protagonista de sua história.

Por fim, a síntese reflexiva busca mostrar que os anos em que a elite se manteve como detentora do poder político no Brasil, mostrou que a postura, defendida por muitos, de que o melhor governo é aquele exercido por uma minoria mergulhou nossa história política num mar de instabilidade e de negações aos direitos fundamentais.

Apresentando, desta forma, uma solução de complementaridade ao modelo representativo, que corresponde à adoção da democracia participativa, bem como a implementação de instrumentos de democracia direta.

CAPÍTULO II

2 DEMOCRACIA

Muito já se falou sobre democracia, muitos a louvaram, muitos a rejeitaram, outros a dividem entre ideal e realidade; contudo abordar um tema como o da democracia não é tarefa das mais simples, porque, além de envolver questões históricas, econômicas, sociais, cujo início remonta para muitos séculos antes de Cristo, não há consenso sobre o que seja a democracia, o que nos leva para um vasto caminho de teorizações que apontam os mais diversos horizontes.

O que se pode afirmar, com certo grau de certeza, é que os dois fundamentos básicos de uma sociedade democrática nunca abandonaram as mentes dos cidadãos de qualquer parte: os *ideais de liberdade*, consubstanciados nos direitos humanos, e de *igualdade* entre os indivíduos, formando uma sociedade que, embora não constituída por iguais, é pelo menos uma sociedade na qual todos os indivíduos são reconhecidos como cidadãos e gozam de direitos a uma vida digna, à saúde, educação, tendo a possibilidade de viver e não apenas sobreviver, como ocorre nos países periféricos que se encontram marcados pelas profundas cicatrizes da miséria, da desigualdade e da falta de oportunidades.

Nesta batalha eterna entre *liberdade e igualdade* – pois como veremos, muitos defendem que são conceitos “antitéticos” – entre as elites e o povo, podemos vislumbrar os contornos do ideal democrático, porquanto, apesar de muito criticado e até mesmo desacreditado, este sempre permeou as mentes daqueles que se dedicam a estudar o Estado, a Ciência Política, o Direito e a sociedade como um todo.

Revisitando a literatura, pode-se afirmar que, desde a criação do Estado Moderno, a “democracia” sempre esteve presente nos anseios ou nos receios dos indivíduos. Como bem afirma Oliva (2003, p. 49), ao afirmar que “até os saberes

desprovidos de cognitividade tentam se fazer passar por ciência, os regimes políticos, mesmo os tirânicos, procuram se apresentar como democráticos.”

Um dos primeiros relatos da existência da democracia registrados nos remete à Grécia antiga. Com o aparecimento dos primeiros filósofos surgiu a idéia de que a organização social e política deveria basear-se na isonomia. Após milhares de anos de usurpação do poder popular, as reformas de Sólon, Clístenes, Efialtes e Péricles instituíram a reintrodução do governo do povo, pelo povo e para o povo¹.

Segundo Aristóteles a democracia é uma forma de governo, sendo este o entendimento aceito por inúmeros doutrinadores como Montesquieu e Rousseau². Bobbio (2007), também, afirma que o termo democracia sempre foi empregado no sentido de uma das formas de governo, designando a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo. O autor ainda ressalta a importância de se analisar a democracia sob o enfoque que o uso das teorias das formas de governo assumiram ao longo dos tempos, dividindo este em: descritivo (sistemático), prescritivo (axiológico) e histórico.

O uso descritivo diz respeito à classificação das formas de governo que historicamente existiram. Segundo o significado descritivo, a democracia é uma das três formas de governo, quando classificada em relação ao número de governantes. Correspondendo à forma de governo na qual *o poder é exercido pelo povo, ou pela maioria do povo*, contrapondo-se à monarquia (poder exercido por um) e à aristocracia (poder exercido por poucos).

¹ J. Vasconcelos, em seu livro “*Democracia pura*”, na página 54, faz certas ressalvas à estrutura social existente na Grécia antiga, ao tempo do surgimento da democracia: “mas convém observar que, quando a democracia foi implantada, Atenas ainda era uma cidade-Estado injusta, viciada culturalmente e deturpada ao longo de dezenas de séculos pelos caprichos e horrores das monarquias e oligarquias que a governaram e lhe impingiram mentiras e costumes não naturais. Como referimos anteriormente, essas aberrantes e antinaturais instituições sustentaram tudo de pior e contrário à natureza humana, como a escravidão, a má distribuição da riqueza e de rendas, privilégios, discriminações, distinções, desnivelamentos sociais, inferiorização das mulheres, o conceito de guerra. A obediência e a disciplina social ainda eram mantidas graças à ordem imposta pela força física da milícia e a espiritual das superstições religiosas, com seus mitos e representações teatrais.

² Cabe aqui ressalva feita por Norberto Bobbio: “Na teoria geral do Estado distinguem-se, embora nem sempre com uma clara linha demarcatória, as formas de governo dos tipos de Estado. Na tipologia das formas de governo, leva-se mais em conta a estrutura de poder e as relações entre os vários órgãos dos quais a constituição solicita o exercício do poder; na tipologia dos tipos de Estado, mais as relações de classe, a relação entre o sistema de poder e a sociedade subjacente, as ideologias e os fins, as características históricas e sociológicas”.

De acordo com Bobbio (2007, p. 138):

fica portanto estabelecido que numa tipologia, como a clássica, que distingue as várias constituições acima de tudo com base no critério do número dos governantes, existe uma forma de governo – chame-se ela democracia ou algo diverso – que se caracteriza, frente às demais, por ser o governo dos muitos com respeito aos poucos, ou dos mais com respeito aos menos, ou da maioria com respeito à minoria ou a um grupo restrito de pessoas (ou mesmo de um só), e que portanto o conceito de democracia é, na tradição dos antigos que chega ininterruptamente até nós, extremamente simples e constante. (BOBBIO, 2007, p. 138).

Por sua vez, o uso descritivo corresponde àquele que emite juízos de valor sobre as teorias de forma de governo, classificando-as em ordem de preferência, considerando uma má e a outra boa, uma melhor e a outra pior. Bobbio ressalta que o pensamento político sempre foi permeado de idéias sobre qual seria a melhor forma de governo, sendo tema recorrente os prós e contras da democracia.

Pode-se citar o famoso discurso de Péricles como uma das mais famosas apologias de democracia. O filósofo destacou os prós desta forma de governo, como sendo a que representa, defende “os muitos”, na qual a lei é igual para todos, independentemente de classes, estamento social e o governo é um governo de leis e não de homens.

Temos uma constituição que não emula as leis dos vizinhos, na medida em que servimos mais de exemplo aos outros do que de imitadores. E como ela é dirigida de modo a **que os direitos civis caibam não a poucas pessoas mas à maioria, ela é chamada democracia**: diante das leis, naquilo que diz respeito aos interesses provados, a todos cabe um plano de paridade, enquanto que no que diz respeito à consideração pública na administração do Estado, cada um é escolhido conforme tenha se destacado num determinado campo, não por ser proveniente de uma dada classe social mas sim por aquilo que vale. E no que diz respeito à pobreza, se alguém é capaz de fazer algo de bom para a cidade, não será impedido de fazê-lo pela obscuridade de sua posição social. Conduzimo-nos livremente nas relações com a comunidade e em tudo o que diz respeito à vida privada de nossos concidadãos, sem nos ressentirmos com nosso vizinho se ele age como lhe apraz e sem fazermos reprovações que, embora inócuas, lhe causariam desgosto. Ao mesmo tempo em que evitarmos ofender os outros em nosso convívio privado, em nossa vida pública estamos impedidos de violar as leis sobretudo por causa de um temor reverente, em obediência aos que estão nos postos de comando e às instituições destinadas a proteger os que sofrem injustiças, e em particular às leis que, embora não escritas, trazem aos transgressores uma desonra por todos reconhecida. (Tucídides, *Guerra*, II, 37). (grifos nossos)

Não obstante, Platão, em sua grande obra, *A República*, tece a mais veemente crítica ao modelo democrático, apontando a democracia como a terceira forma degenerada de cidade-ideal: *timocracia*, *oligarquia*, *democracia* e *tiranía*. De acordo com o grande filósofo a democracia não pode ser considerada como uma forma de governo do povo, mas sim como o governo dos pobres contra os ricos.

Aristóteles, utilizando da classificação descritiva, parte do mesmo raciocínio de Platão para afirmar que a democracia é uma forma má de governo: a democracia seria o governo da maioria por se levar em conta que há mais pobres do que ricos em qualquer Estado e o governo exclusivo dos pobres, como aqueles exclusivo dos ricos, não estaria voltado para o bem-comum, mas para o bem de determinado grupo, levando-se em conta a classificação de que um bom governo é aquele que atende ao bem-comum, a democracia seria um governo corrupto, sendo a politéia a forma de governo bom, a qual corresponde ao governo da maioria e não dos pobres.

Políbio, por sua vez, considera que a democracia seja uma das formas boas de governo popular, sendo a *oclocracia* seu oposto, sendo esta a degeneração daquela e caracterizando-se pelo governo da plebe.

O uso prescritivo pode tanto classificar entre governos bons e maus, como também utilizar de juízos relativos entre a maior e menor bondade entre as formas de governo.

Neste caso, a democracia poderia ser considerada a melhor, ou a pior ou um meio termo entre a melhor e a pior. Contudo, as grandes discussões sempre versaram sobre as duas primeiras, porquanto a problemática girava em torno de decidir qual seria a melhor: a monarquia ou a democracia.

Registra-se que os clássicos do pensamento político moderno defendiam, na sua grande maioria, a superioridade da monarquia, quando comparada aos governos populares. Muitos afirmavam a preferência por aquela, quando se levava em conta o período em que viviam; contudo alguns pensadores, como Hobbes e Bodin, exaltavam a perniciosidade da democracia, independentemente da época a ser analisada. A crítica de Hobbes diz respeito a dois aspectos do regime democrático: quanto ao sujeito governante (as assembleias populares seriam incompetentes, dariam espaço para a perpetuação da demagogia e dificultariam a formação de uma vontade coletiva) e quanto ao modo de governar. Cabe ressaltar

que as críticas exaradas por estes dois grandes filósofos podem ser encontradas como fundamentos de movimento antidemocráticos na atualidade.

Rousseau *apud* Bobbio (2007, p. 145) que é considerado o pai da democracia moderna, levanta a bandeira da liberdade como autonomia, prescrevendo que “cada um, unindo-se a todos, obedece apenas a si mesmo e permanece livre como antes.” A liberdade como autonomia acaba sendo o mais forte argumento em favor da democracia, defendendo o autogoverno, e asseverando aquilo defendido por Kant – ao afirmar que o homem saiu da menoridade e acabou por assumir as rédeas da sua própria vida individual e coletiva.³

Por fim, para que se melhor compreenda o uso histórico, vale a ressalva inicial de que se podem distinguir três fases na filosofia da história, a saber: a regressiva (a etapa sucessiva consiste na degeneração da anterior); progressiva (diz respeito ao aprimoramento contínuo da fórmula anterior); e a cíclica (que explicita que o curso da história sempre retornará ao ponto de partida).

Para as fórmulas regressiva e cíclica-regressiva, a democracia ocupa sempre o último posto, sendo a monarquia a primeira forma, a aristocracia a segunda e a democracia a terceira. Neste contexto pode-se indicar Platão como o principal defensor da primeira fórmula e Políbio da segunda.

Bobbio afirma que, entre todas as definições de democracia, prefere aquela que define a democracia como o “poder em público”. O autor afirma que o poder tende a se esconder e que quanto mais secreta seja uma decisão, proporcionalmente mais ilícita esta será, sendo, portanto, a democracia a forma de governo que obriga os governantes a tomar suas decisões às claras, justificando o porquê de determinada escolha em detrimento de outra, abrindo um espaço para que os indivíduos tomem ciência do que ocorre nos corredores do poder.⁴

³ Norberto Bobbio, em seu livro *Liberalismo e Democracia*, na página 22, afirma: “O paternalismo também é um dos alvos melhor definidos e golpeados por Kant (1724-1804), para quem um governo fundado sobre o princípio da benevolência para com o povo, como o governo de um pai sobre seus filhos, isto é, um governo paternalista (*imperium paternale*), no qual os súditos, tal como filhos menores incapazes de distinguir o útil do prejudicial, estão obrigados a se comportar apenas passivamente, para esperar que o chefe do Estado julgue de que modo devem eles ser felizes e para aguardar apenas da sua bondade que ele o queira, um governo assim é o pior despotismo que se possa imaginar.”

⁴ Bobbio faz a ressalva de que quando trata do “Poder em público” está se referindo ao público ativo, o público informado, consciente de seus direitos.

O autor ainda diferencia a *democracia ideal* da *democracia real*, sendo a *ideal* aquela impossível de ser alcançada, porquanto os fatores distintivos entre governos democráticos e não democráticos são os princípios da liberdade e da igualdade, sendo encartados logo no início da Declaração Universal dos Direitos do Homem: “Todos os seres humanos nascem livres em dignidade e direitos.” Bobbio (2000, p.422) discorda do exposto pela declaração, aduzindo: “A verdade é que os seres humanos, ao menos a sua grande maioria, não nascem livres, nem iguais. Seria muito mais exato dizer: ‘Os homens aspiram a tornar-se livres e iguais’. A liberdade e a igualdade são não um ponto de partida, mas sim um ponto de chegada”.

O filósofo italiano, assumindo um posicionamento político notadamente liberal, justifica a impossibilidade de se alcançar uma democracia ideal, destacando que os ideais de liberdade e igualdade, quando levados a suas últimas instâncias, são incompatíveis.⁵

O segundo argumento trazido pelo autor, para a oposição entre democracia ideal e real, repousa no pressuposto de que “o fundamento ético da democracia é o reconhecimento da autonomia do indivíduo, de todos os indivíduos, sem distinção de raça, sexo, religião, etc.”. Desta forma, o diferencial da democracia seria o reconhecimento de que o indivíduo é o melhor agente para delimitar os contornos daquilo que seria melhor para sua vida e defender seus interesses. Dahl *apud* Bobbio (2000) emerge como defensor ferrenho da democracia, ao distinguir a competência moral da competência técnica, determinando que a competência técnica pertence apenas a alguns, ao tempo que a competência moral não é exclusiva de nenhuma classe particular de indivíduos, sendo o homem comum

⁵ Norberto Bobbio em sua obra “*Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*”, na página 422 afirma: “Uma sociedade na qual estejam protegidas todas as liberdades, nelas incluída a liberdade econômica, é uma sociedade profundamente desigual, não obstante o que digam sobre ela os fautores do mercado. Mas, ao mesmo tempo, uma sociedade cujo governo adote medidas de justiça distributiva tais que tornem os cidadãos iguais não apenas formalmente ou diante das leis, como se diz, mas também substancialmente, é obrigada a limitar muitas liberdades. A experiência dos últimos cinquenta anos, dominados pela oposição irreduzível entre as sociedades capitalistas e as sociedades coletivistas, mostrou, para além de qualquer previsão, a realidade dessa incompatibilidade, cuja solução, sempre provisória e continuamente submetida a revisões e ajustamentos temporários, jamais definitivos, só virá através da adoção de medidas de compromisso.”

capaz de autodeterminar-se. Bobbio afirma que a concepção de que a competência moral está acima da competência técnica configura-se no ideal da democracia.

Neste ponto o autor insere seu segundo questionamento: “existe esse homem racional?” Leia-se o “homem racional” como aquele capaz de autodeterminação e de pensar sobre a coletividade no momento de tomada de decisões. Afirmando que este homem racional é um ideal-limite, a consequência é que a democracia também é um ideal limite, destacando que à grande maioria dos indivíduos falta o conhecimento necessário para fundamentar e nortear as decisões que se devem tomar. Aduz ainda: “mesmo aqueles que poderiam conhecer melhor as coisas, podem ser facilmente enganados por quem possui, além de conhecimentos, os meios de propaganda suficientes para fazer com que os próprios interesses ou aqueles interesses do próprio grupo pareçam os interesses de todos. *Em suma, muitos não estão em condições de saber. Muitos acreditam saber, e não sabem.*”⁶ (grifos nossos)

Em face desses questionamentos sobre a democracia ideal, Bobbio enfatiza que a concepção de democracia como via, como meio, se tornou de domínio comum, sendo esta a que diminui a disparidade entre a democracia ideal e a real, concluindo que é sobre a definição mínima de democracia que é mais fácil de concordar.⁷

Ao destacar o caráter instrumental da democracia, chamando de “concepções processuais da democracia”, Bobbio (2000, p. 427) elencou algumas regras, que vêm a conferir legitimidade ao processo democrático. Tais regras foram batizadas como “*universais processuais*”, e se pode resumi-los em:

- 1) todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele;
- 2) o voto de todos os cidadãos deve ter igual peso;
- 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para poder votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si;
- 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes

⁶ Op. Cit. p. 425

⁷ Op cit. p. 425: “Uma definição mínima, e exatamente porque mínima, realista. Uma via, um método.”

soluções, isto é, entre partidos que tenham programas disitintos e alternativos; 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos; 6) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez a maioria em igualdade de condições. (BOBBIO, 2000, p. 427)

Como se pode perceber, Bobbio adota um modelo restrito de democracia, considerando-a apenas como instrumento e enumerando as regras “do jogo” que não se estabelece “o *que*” se deve decidir, mas apenas “*quem*” deve decidir e “*como*”. Ou seja, nesta concepção mínima de democracia a participação popular restringe-se apenas ao votar, restringe-se à escolha daqueles que irão decidir por toda a coletividade, resguardando um papel secundário a função do povo no processo democrático.

Canotilho, por sua vez, compartilha do ideal de uma democracia mínima, afirmando que há um objetivo para se concretizar por meio da democracia, remetendo-nos a um conceito de democracia como meio, como processo.

Canotilho, em sua grande obra intitulada *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, aborda a democracia como um *processo dinâmico*, o qual possibilita que em uma sociedade aberta e ativa, os cidadãos participem no processo político em condições de igualdade, tanto política, quanto econômica e social.

O autor português afirma que “o princípio democrático não elimina a existência das estruturas de domínio mas implica uma *forma* de organização desse domínio. Desta concepção resulta a visão do princípio democrático como **princípio de organização** da titularidade e exercício do poder”. (CANOTILHO, p. 290)

Sustentando sua escolha pela definição instrumental da democracia, Canotilho recorre à Fórmula de Popper, que defende que a essência da democracia repousa na estruturação de mecanismos de seleção de governantes, bem como de mecanismos de limitação de poder, visando à criação de institutos que coibam o surgimento de modelos tirânicos de governo.

Outro importante filósofo que se dedicou ao tema da democracia é Alexis de Tocqueville, o qual pode ser considerado antes liberal do que democrata. O autor afirma que em ordem primeira o Estado se deveria preocupar em assegurar todos os

direitos de liberdade (considerados os direitos de primeira geração), os quais poderiam perecer diante da defesa da igualdade defendida pela democracia. Contudo considera que o caminho que culminaria na democracia era inevitável: “Por acaso existe alguém capaz de pensar que a democracia, depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, retrocederá diante dos burgueses e dos ricos? Será possível que interrompa sua marcha justamente agora que se tornou tão forte e seus adversários tão fracos?”. (TOCQUEVILLE *apud* BOBBIO, 2007, p. 56)

De acordo com Tocqueville, a democracia opõe-se à aristocracia, por se tratar da forma de governo em que todos participam da coisa pública.

Para o autor, a ameaça oriunda da democracia seria a tirania da maioria, que significa que o fim do ideal igualitário da democracia desaguará nos leitos do despotismo, aniquilando a tão estimada liberdade. Partindo deste princípio, Tocqueville assume a posição de não democrático, pois, em hipótese alguma, considerava viável e aceitável suprimir a liberdade individual em detrimento da igualdade social.

Tocqueville apesar de acreditar que os indivíduos busquem a liberdade, afirma que estes possuem uma inclinação muito maior em buscar a igualdade e, quando não a encontram, não se importam de serem iguais, contudo na escravidão.⁸

O pensamento difundido pelo francês encontra eco até os dias atuais, pois os chamados neoliberais ainda utilizam seus argumentos para desacreditarem o regime democrático. Como expõe Og F. Leme (2000) (membro do instituto liberal do Rio de Janeiro), que, ao defender o Estado mínimo, afirma que a busca da igualdade apregoada pelo ideal democrático exige um Estado máximo, capaz de amenizar as desigualdade, incorrendo no maior erro, na opinião do autor, que é o *sacrifício à liberdade individual*.⁹ Afirma, ainda, que a perversão da regra da maioria que, aplicada sem limites, leva à ditadura da maioria.

⁸ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. O autor nas páginas 57 e 58 afirma: “Na medida em que está convencido de que os povos democráticos, apesar de terem uma inclinação natural para a liberdade, têm “uma paixão ardorosa, insaciável, eterna, invencível” pela igualdade e embora “desejem a igualdade na liberdade” são também capazes, se não podem obtê-la, de “desejarem a igualdade na escravidão”. Estão dispostos a suportar a pobreza, não a aristocracia.”

⁹ Og. F. Leme em seu artigo intitulado *Os limites da democracia* defende: “A democracia identifica-se muito mais com o ideal da igualdade do que com o ideal da liberdade. E a igualdade requer mais governo para que desiguais tornem-se iguais ou menos desiguais, ao passo que a liberdade exige menos governo, de modo a diminuir as ameaças à autonomia individual. É exatamente por isso que

O dissenso sobre a importância, os conceitos e os limites da democracia também envolve autores nacionais, como bem salienta Ferreira Filho (1979, p.3): “toda discussão sobre a democracia esbarra numa dificuldade inicial. Tal dificuldade é terminológica. Por um lado, o termo *democracia* tem um conteúdo compósito que estimula as ambigüidades e provoca intermináveis debates sobre o que seja a *verdadeira* Democracia. Por outro, esse termo hoje revestido de uma carga emocional, aproveitada por interesses partidários, carga essa que não facilita o entendimento.”

O autor indica que a Democracia possui três âmbitos distintos e continua afirmando que esta pode significar uma forma de governo, a qual busca a realização, na vida social, da liberdade e da igualdade, um sistema de valores pautado pela liberdade e pela igualdade, bem como uma organização institucional de instrumentos e regras que organizem constitucionalmente a democracia.

Manoel Ferreira Filho alude em seu livro a um modelo de democracia possível, a qual se caracteriza por um governo da minoria democrática (uma elite democrática), que seria renovada baseada no princípio democrático e que governaria voltada para o bem comum. O papel do povo estaria resumido à participação nas eleições¹⁰, devido a sua incapacidade de se governar.

Como pode ser percebido, existem diversas abordagens possíveis, quando o tema é democracia, sendo uma delas a divisão que reconhece a democracia sob três manifestações distintas: *teoria republicana, liberal e elitista*.

- a) Segundo a teoria Republicana – deve haver a efetiva participação popular, tendo como um de seus defensores Rousseau. Esta Teoria relaciona-se com a obrigatoriedade do voto.

democracia e liberalismo constituem uma díade em permanente tensão antitética, convite tentador para o conflito manifesto....”

¹⁰ Ferreira Filho. *A democracia possível*. O autor defende que para que exista participação deve haver desenvolvimento social e econômico para que se possibilite o desenvolvimento cultural e político. Sendo portanto necessário certo grau de cultura e educação para a participação democrática, ficando esta relegada às elites. E afirma: “Não há democracia que realize a democracia (...). Nenhum arranjo institucional, esboçado teoricamente ou realmente praticado, logrou permitir que o povo, a maioria, se governe a si próprio. A razão disso é uma só e muito simples: *é impossível que a maioria se governe a si própria e à minoria; é impossível a Democracia entendida como governo pelo povo*. O governo é sempre exercido por uma minoria, sempre é uma minoria que governa enquanto a maioria não faz mais que obedecer. Dessa verdade elementar tem de partir qualquer estudo realista, qualquer pesquisa de modelo político que dê ao povo um papel de realce, qualquer busca da democracia possível”.

- b) De acordo com a teoria Liberal – a democracia existe, caso haja a faculdade de participação. Deve-se assegurar a liberdade de votar e ser votado, bem como a liberdade de expressão, podendo-se citar Kelsen e Bobbio como representantes desta segunda modalidade.
- c) Por sua vez a teoria Elitista – concebe a democracia como um regime político que permite a concorrência entre as elites. O papel do povo resume-se à escolha entre candidatos pertencentes à elite de determinada sociedade.

No Brasil, teoricamente, adota-se a teoria Republicana; contudo a *práxis* democrática no país já demonstrou que o poder pertence a uma “casta superior”, a uma “classe diferenciada”. O poder popular encontra-se reduzido, pois o povo foi calado, diante das manobras do jogo político e da força da economia de mercado, sendo-lhe facultado apenas a opção de votar em candidatos que em nada vivenciaram ou reconhecem a realidade de grande parte da população e que não assumem o poder com o fito de representar os anseios de seus eleitores. A posição adotada por Manoel Gonçalves Ferreira Filho endossa esta situação, que nada mais reflete do que “as escolhas de muitos e as decisões de poucos”.

Reitera-se que tal situação não pode continuar a ser aceita passivamente, pois estamos vivenciando, dia após dia, a deturpação do ideal democrático, que gera um ciclo vicioso e pernicioso: enquanto cresce o pessimismo e o descrédito no modelo democrático, amplia-se o espaço para o abuso por parte das minorias, que governam em nome próprio e sem maiores resistências, em decorrência do cansaço e da desilusão da população.

Por conta disso, Celso Antonio Bandeira de Mello (1998) defende que a adoção de modelos institucionais de democracia gera uma democracia apenas no plano formal; para concretizá-la faz-se necessário uma cultura política.

Retomando a idéia sobre a dificuldade em tratar do tema, Bonavides (2007, p.304) afirma: “Com respeito à democracia, sabemos que o termo se tornou equívoco, não por obra dos que a prezem e cultivam – estes nunca se enganam

acerca de seu verdadeiro significado! – mas precisamente daqueles que a combatem e mistificam.”

Revisitando a literatura, pode-se observar que Eneida Desirée Salgado (2007, p.35) também partilha da idéia de que “tratar de um conceito abstrato, teórico, não é tarefa fácil. A dificuldade se avoluma quando o conceito buscado é uma idéia compartilhada internacionalmente (ao menos no Ocidente), sem que haja razoável concordância quanto ao seu significado.” Afirmando, também, que o tema é tratado por diferentes enfoques pelos autores nacionais, sendo a democracia vista de forma instrumental, substancial ou pela combinação de ambas.

Cezar Saldanha Souza Junior *apud* Salgado (2007, p.36) formula a distinção entre *democracia substancial* e *instrumental*: sendo a *democracia substancial* – “a concepção política que faz do Estado um meio natural e necessário para servir a Pessoa, em sua dignidade e nos seus direitos fundamentais, realizando o bem comum” enquanto a *democracia instrumental* como processo político, como “princípio da organização dos instrumentos políticos, pelo qual os cidadãos devem participar, pelo consentimento, do fundamento e do funcionamento do poder”.¹¹

Enquanto para Nelson de Souza Sampaio, “a democracia implica o reconhecimento da existência de um esfera individual livre da interferência do Estado e a atribuição de cidadania a todo o indivíduo – pois todos devem ser chamados a constituir; ou interpretar, a vontade coletiva e as decisões contrárias aos interesses individuais devem ser acatadas, quando expressão da vontade da maioria, se não atentarem aos direitos fundamentais”. (SALGADO, 2007, p. 37).

Por sua vez, para Pontes de Miranda “a democracia é um processo com uma finalidade determinada - a participação popular.”¹²

O grande autor, em seu livro *Democracia, liberdade e igualdade*, afirma que “nem todas as democracias são iguais. Democracia não é a roupa que se ordene

¹¹ Cezar Saldanha Souza Junior, autor de “A crise da democracia no Brasil”, nas páginas 14 e 15, esclarece a relação das duas vertentes da concepção de democracia com o seu conceito mais difundido: “Por ‘governo do povo, pelo povo’, entenda-se, isto sim, a participação, através do consentimento, dos cidadãos no governo da sociedade política. Essa participação deve existir, tanto em relação ao fundamento do poder estabelecido (governo do povo), quanto ao funcionamento desse poder (governo pelo povo)”. E governo para o povo é “o que procura, no mais grau possível, respeitar e promover os direitos fundamentais da Pessoa Humana.”

¹² Pontes de Miranda *apud* En. P.37

sob medida, ou se adquira feita, para se vestirem os países.” Sendo a democracia o mecanismo existente para assegurar a participação da maioria na formação da vontade do Estado, sendo o fim de tal participação o atendimento dos interesses individuais, bem como os da maioria.

Por sua vez, o grande mestre José Afonso da Silva afirma que a democracia é um conceito histórico, não sendo um valor-fim, mas um valor meio, ressaltando desta forma seu caráter instrumental.¹³ O autor ainda afirma que “uma das limitações consiste em definir democracia como *governo*, quando ela é muito mais do que isso: *é um regime, é uma forma de vida, é, principalmente, um processo*.”¹⁴ Salientando que a democracia “*é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido direta ou indiretamente pelo povo e em proveito do povo*”.¹⁵

José Eduardo Faria (1978, p.66) compartilha da idéia de José Afonso ao enfatizar a idéia de democracia como processo. Para o autor, “as eleições são um instrumento básico de obtenção do consenso e da conquista de estabilidade dos sistemas políticos e seus respectivos ordenamentos jurídicos”.

Por sua vez, Rogério Gesta Leal defende que “a configuração democrática de uma sociedade ou de um Estado implica a existência de mecanismos e

¹³ José Afonso da Silva em sua obra “*Poder Constituinte e Poder Popular*” na página 43 leciona: “Democracia é um conceito histórico. Não sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do Homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva também na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do evoluir social, mantido sempre o *princípio básico* de que *ela revela um regime político em que o poder repousa na vontade do povo*. Sob esse aspecto, a democracia não é mero conceito político abstrato e estático, mas é um *processo* de afirmação do povo e da garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da História.”

¹⁴ Op. Cit.p. 44. Neste ponto o autor trata da fórmula de Lincoln, que define a democracia como *governo do povo, pelo povo e para o povo*, afirmando que: “O conceito de Lincoln é também formal, mas essa limitação desaparecerá com a interpretação adequada dos seus termos, como, aliás, fizera Xifras Heras, que resumiremos aqui: *Governo do povo* significa que este é uma fonte e titular do poder, de conformidade com o princípio da soberania popular (todo poder emana do povo, inscrito no art. 1º, parágrafo único, da Constituição brasileira [referência à de 1969, semelhante à atual]), que é, pleo visto, o princípio fundamental de todo regime democrático. *Governo pelo povo* quer dizer gover que se fundamenta na vontade popular, que se apóia no *consentimento popular*; *governo democrático* é o que se baseia na adesão livre e voluntária do povo à autoridade, como base da legitimidade do exercício do poder por esta, que se efetiva pela técnica da *representação política* (o *poder é exercido em nome do povo*, art. 1º, parágrafo único, da Constituição [1969]). *Governo para o povo* é aquele que procura liberar o Homem de toda imposição autoritária e garante o máximo de segurança e bem-estar a todos.”

¹⁵ Op. Cit p. 45

procedimentos de formação da vontade política e um núcleo de direitos invioláveis que possibilitem a participação efetiva dos cidadãos nas esferas de decisão”.¹⁶

Conforme o exposto, pode ser verificado que existem diversos conceitos e as formas de se conceituar a democracia; contudo pode-se subtrair alguns pontos que estão intrinsecamente ligados ao conceito de democracia, na atualidade, podendo-se considerar que até mesmo são indissociáveis da análise da democracia moderna: a soberania popular e a representação política.

Como é enfatizado por Salgado (2207, p. 41), “a soberania popular é o fundamento de legitimidade do poder em uma democracia. Um comando a ser obedecido por todos somente será legítimo, se houver a anuência dos destinatários em sua formulação.”

Por sua vez, Bobbio, partindo da sua concepção individualista, afirma que a soberania não é do “Povo”, mas de cada um dos indivíduos, afirmando que “povo” é uma abstração cômoda e falaciosa.

Por sua vez, Carlos Ayres Britto (2003, p. 22) aduz que “o povo, impessoalmente encarado, é o poder soberano, tanto quanto o poder soberano, subjetiva ou pessoalmente focado, é o povo”.

Em face da adoção do modelo representativo de democracia, muitos autores acabam por reduzir o significado do princípio da soberania popular ao momento de delegação do exercício do poder (mas nunca do poder soberano em si) ao momento de escolha dos representantes. Como afirma Fábio Konder Comparato (1985), o exercício do poder pelo povo esgota-se no momento da eleição, na escolha dos representantes.

Canotilho conduz a uma linha de raciocínio muito pertinente, ao abordar o tema da soberania popular. O autor português, afirmando que o domínio do homem sobre o homem não é pacificamente aceito, necessita de algo que o legitime. Por sua vez, a legitimação do processo político só poder derivar do povo e não de outras instâncias – como do poder divino, por exemplo. O povo é, ele mesmo, o titular do poder soberano, distinguindo-se de outras formas de domínio não populares, dado

¹⁶ LEAL, Rogério Gesta. *Significados e sentidos do Estado Democrático de Direito enquanto modalidade ideal/constitucional do Estado brasileiro*. Disponível em: <http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/centros/cepejur/publicacoes.htm>. Acesso em 22/09/2008.

que é ele o ponto de onde emana a legitimação para a atuação política: forma positiva da soberania popular. É a soberania popular, ou seja, a vontade do povo que vem encartada materialmente nas constituições, que informa os princípios aos quais o Estado deve guiar suas ações e, por sua vez, a constituição fornecerá o plano organizatório da democracia, que corresponde aos princípios e procedimentos segundo os quais confere legitimidade às decisões e manifestações da vontade do povo.

O conceito de soberania popular está intrinsecamente ligado a um dos pilares da democracia: o *princípio da igualdade*. Como já se pode inferir, a igualdade e a liberdade estão sempre sob o foco de constantes tensões, ao se tratar do tema da democracia.

Gisele Cittadino, em seu livro *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva*, ao tratar das diferentes concepções de pluralismo jurídico e justiça distributiva entre liberais, comunitários e críticos-deliberativos, acaba por esboçar interessantes e distintos pontos de vista acerca da soberania popular.

Apesar das dissonâncias, tanto os liberais, quanto os comunitaristas e os deliberativos acreditam na possibilidade de se formular um ideal de justiça distributiva em consonância com o pluralismo do mundo contemporâneo.

A autora sintetiza em breves palavras quais seriam as linhas gerais de distinção de pensamento entre as correntes teóricas acima citadas.

a) *liberais contratualistas*: abordam questões como a efetividade e o reconhecimento dos direitos civis dentro da tradição kantiana, “vendo a sociedade como uma combinação da afirmação de identidades e da eclosão de conflitos entre distintas concepções individuais acerca do bem comum e da vida digna”. Tendo como representantes – John Rawls e Ronald Dworkin.

b) *comunitaristas*: recuperam a tradição aristotélica ao: “por em xeque a existência de um sujeito universal e não situado historicamente, enfatizar a multiplicidade de identidades sociais e culturas étnicas presentes na sociedade contemporânea e conceber a justiça como a virtude na aplicação de regras conforme as especificidades de cada meio ou ambiente social”. Os comunitaristas criticam os liberais pelo fato de não serem capazes de lidar com as situações intersubjetivas e de “ver os diálogos apenas como uma ‘sucessão alternada de

monólogos””. Michael Walzer, Charles Taylor, Michael Sandel e Alasdais MacIntyre são alguns dos defensores dessa corrente.

c) *crítico-deliberativos*: Jürgen Habermas é o grande nome desta corrente.

Os crítico-deliberativos, formados na escola hegeliano-marxista, defendem que:

os valores normativos modernos só podem ser compreendidos por meio de leituras intersubjetivas, o princípio do universalismo moral foi encarnado de modo imperfeito nas instituições do Estado constitucional, tendo definhado a ponto de não ser mais do que uma simples palavra, só a razão comunicativa possibilita ‘acordos sem constrangimentos’ em condições de se irradiar para toda a sociedade, e a diversidade das concepções individuais a respeito da vida digna, apregoada pelos *liberais*, e a multiplicidade de formas específicas de vida que compartilham valores, costumes e tradições, enfatizada pelos *comunitaristas*, estão presentes nas democracias contemporâneas, não havendo como optar por uma em detrimento da outra. (CITTADINO, 2004, p. XIX)

Apesar de haver diferenças quanto ao modo de deliberação pública defendida tanto por liberais, quanto por comunitaristas e deliberativos, *todos defendem uma sociedade democrática*, não apresentando propostas distintas de regimes políticos, mas suscitando questionamentos e debates “*no interior*” da própria democracia liberal acerca de suas prioridades, tecendo discussões acerca dos fundamentos da democracia: os direitos humanos (a lógica liberal da liberdade) e a soberania popular (a lógica democrática da igualdade).

Não obstante liberdade e igualdade estejam presentes em todos os regimes democráticos, a maior intensidade de uma ou de outra irá variar de acordo com a concepção de pluralismo adotada.

Os liberais, por apresentarem uma concepção de pluralismo fortemente individualista, preocupados em assegurar a autonomia privada, acabam por sobrelevar os direitos fundamentais em relação à soberania popular, sendo que a prioridade conferida aos direitos fundamentais é a responsável pela configuração de um Estado neutro. Diante deste cenário, apenas um espaço de deliberação pública restrito pode ser adotado pelos liberais, como leciona Cittadino (2004, p. 131):

Se a prioridade da liberdade individual é, desde o início, assegurada na posição original, ao final do processo desenhado por Rawls *é a restrição ao uso público da razão que vai garantir esta mesma prioridade*. Com efeito, como a concepção política de justiça não autoriza os cidadãos nem a discutir suas concepções acerca da vida digna, nem a ultrapassar os limites fixados pelos ‘valores políticos’ – questões constitucionais e temas de

justiça fundamental não podem ser discutidos a partir dos valores que integram a subjetividade das visões individuais de mundo, *o processo democrático estará sempre restringido pelos direitos e liberdades individuais. A soberania popular e a legislação democrática dela decorrente estão, portanto, limitadas pelo espaço dos direitos individuais.* (CITTADINO, 2004, p. 131). (grifos nossos)

Em sentido oposto, os comunitários defendem que a soberania popular deve estar em “evidência”, quando comparada às liberdades individuais, pois a participação ativa dos cidadãos na esfera pública deve sobrepor-se aos direitos individuais.

Os comunitaristas, ao invés de privilegiar a autonomia privada - como fazem os liberais - privilegiam a autonomia pública, defendendo ideais de atuação e participação. A concepção de pluralismo, aqui adotada, defende que a autonomia pública e a soberania popular são compatíveis com os diversos centros de influência social e poder político. Em outros termos, “se para os liberais a neutralidade do Estado decorre do ‘fato’ do pluralismo, é o próprio pluralismo, enquanto diversidade de identidades sociais, que impede o Estado de tratar igualmente cidadãos com valores culturais distintos”. (CITTADINO, 2004, p.131).

Cabe ressaltar que a posição adotada pelo comunitaristas não se traduz em uma simples oposição à defesa dos direitos individuais; o que eles defendem é que os direitos individuais defendidos pelos liberais, não podem ser tomados em sentido universal, pois não se pode supor que tais direitos são necessidades compartilhadas por todos. Tanto Taylor, quanto Walzer, reconhecem a necessidade de os indivíduos terem seus direitos básicos protegidos; contudo não se pode olvidar de reconhecê-los como membros de grupos culturais determinados, para que sejam reconhecidos seus direitos específicos também.¹⁷

¹⁷ Gisele Cittadino trata dos dois tipos de liberalismo reconhecidos por Charles Taylor: “o liberalismo 1, aquele defendido por Rawls, que está comprometido com os direitos individuais e permanece neutro em relação à diversidade de identidades sociais, culturais ou religiosas. O liberalismo 2, pelo qual opta, ‘permite um Estado comprometido com a sobrevivência e o florescimento de uma nação, culturas e religiões, na medida em que os direitos básicos dos cidadãos que têm diferentes compromissos...estejam garantidos’. Walzer apud Cittadino, *El Multiculturalismo y la política del reconocimiento*. Taylor ao abordar medidas estatais que visam assegurar a sobrevivência de culturas específicas, utiliza como exemplo a Emenda Meech, a qual reconheceu Quebec, no Canadá, como uma sociedade distinta e determinava que o Poder Judiciário deveria interpretar a Constituição Canadense sob esta ótica. Foram promulgadas diversas leis, entre elas a que proibia filhos de franco-canadenses e imigrantes de serem mandados para escolas de línguas inglesas.

Segundo Walzer, a igualdade não é garantida pela neutralidade política, visto que por diversas vezes as instituições públicas necessitam fomentar e salvaguardar valores culturais particulares, desde que, ao mesmo tempo, sejam assegurados os direitos básicos dos cidadãos.

Desta forma, pode-se afirmar que Taylor e Walzer defendem “um consenso ético comunitário que, ao invés de um *eu* isolado, orientado pela subjetividade de sua própria visão de mundo, busca a constituição de um *nós*, animado por um sentimento de destino compartilhado. E o fato de compartilhar tem valor por si mesmo. Como os indivíduos vivem em ambientes culturais, a sua identidade é inseparável do sentimento de pertencimento a uma comunidade. *De outra parte, o consenso ético, fundado na idéia de valores compartilhados, mas também de participação, oferece um marco para que as instituições que garantem a liberdade dos indivíduos não os torne alheios ao espaço público, na medida em que sua liberdade se constrói na comunidade política e a ela diz respeito.*” (CITTADINO, 2004, p. 133). (grifos nossos)

Segundo Walzer a prioridade do bem sobre o direito não significa que determinados compromissos comunitários, possam justificar a violação de direitos fundamentais. O filósofo reconhece a existência de uma moralidade mínima de caráter universal, que seria aquela extraída da justaposição de regras e princípios das mais diversas culturas, permitindo, desta forma, que distintas identidades humanas reconheçam valores comuns. Walzer admite que depois de incessantes críticas sobre seu trabalho, o qual foi interpretado como fonte de possível legitimação para práticas tidas como “desumanas”, como a ablação nas mulheres muçulmanas, pelo fato de ser um valor partilhado em algumas comunidades islâmicas radicais. Diante das inúmeras manifestações, Walzer cedeu em parte ao apregoado pelos seus críticos, apregoando a existência de uma “moralidade mínima universal”.

Mesmo limitada pela moralidade mínima, os comunitaristas continuam a defender que é através da soberania popular que as distintas identidades culturais, presentes numa mesma sociedade, desenvolvendo processos próprios expressam opiniões e participam das deliberações da esfera pública. A soberania popular, ainda, faz da política um processo constitutivo do processo social, “pois é através da

política que os integrantes de uma comunidade específica configuram, com vontade e consciência, as suas redes de reconhecimentos recíproco. *A prioridade da soberania popular sobre os direitos individuais, portanto, se traduz na prioridade da auto-realização ética sobre autodeterminação moral.*” (CITTADINO, 2004, p.135). (grifos nossos).

Por sua vez, os deliberativos não se prendem na tentativa de hierarquizar os direitos individuais e a soberania popular, buscam, por outro lado, estabelecer conexões entre as liberdades subjetivas privadas e a efetiva participação dos cidadãos.

O objetivo de Habermas, como bem aduz Cittadino (2004, p. 136):

é demonstrar que a autonomia privada e a autonomia pública pressupõem-se mutuamente”, posto que os indivíduos são autores e destinatários do direito: *“não pode existir direito para todos sem liberdades subjetivas acionáveis que garantem a autonomia privada de sujeitos jurídicos individuais; e não há direito legítimo sem legislação democrática elaborada conjuntamente por cidadãos, que, como livres e iguais, participam deste processo.* (CITTADINO, 2004, p.136).

O grande equívoco de liberais e comunitários para Habermas, é a oposição que travam entre liberdades individuais e soberania popular, tratando de um como limitador ou inimigo do outro, quando na verdade eles se auto-complementam a medida que é da conexão entre direitos humanos e soberania popular que decorrem as normas que levam tanto em conta as diferenças culturais quanto as desigualdades sociais.

Contrapondo a posição de Taylor, Habermas não concorda com o fato de que a coexistência igualitária de grupos culturais diversos seja assegurada às expensas dos direitos fundamentais. Para Habermas os mundos culturais apenas sobrevivem quando em co-existência com outras culturas, quando os indivíduos pertencentes a determinado grupo, obrigados a se confrontarem com culturas distintas, buscam regenerar as forças de suas identidades culturais, “nas sociedades contemporâneas, a relação com o estranho é inevitável.” (CITTADINO, 2004, p.137).

Como já afirmado, ao se tratar da democracia moderna, é imperativo tratar da soberania popular e do sistema de representação política, porquanto o modelo de representação adotado interferirá de maneira contundente nos contornos da

democracia vivenciada em determinada sociedade, bem como irá delimitar os contornos daquilo que se entende por soberania popular.

O que se busca explicar é que, caso se adote o modelo da democracia representativa, o exercício do poder pelo povo estará reduzido ao momento do pleito eleitoral, o qual corresponderá ao momento da delegação do exercício poder popular e não na transferência da soberania popular.

Objeto do próximo capítulo será o estudo da democracia representativa, a qual foi acolhida logo após a Revolução Francesa e se fixou como dogma nas sociedades modernas, penetrando de tal forma no ideário dos cidadãos que, muitas vezes, o ideal democrático é confundido e reduzido ao processo eleitoral.

CAPÍTULO III

3 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

De acordo com Jean-Jacques Roussau, apesar da soberania não se originar no povo, deve com este permanecer, não podendo ser nem delegada, nem transferida. Desta forma, não há espaço para o desenvolvimento da representação política, segundo a qual o povo exerce indiretamente sua soberania ao escolher seus governantes que irão ocupar as Casas Legislativas.

Por sua vez, para Locke e Montesquieu a democracia é concebida como a presença da soberania popular e a capacidade do povo para legislar, sendo a criação do Poder Legislativo uma decorrência da impossibilidade do exercício da democracia direta.

A fórmula rousseauniana de democracia, a qual correspondia a uma democracia direta, em que todos deveriam participar e as decisões deveriam ser tomadas por unanimidade e o consenso deveria ser alcançado pelos mesmos motivos, não prosperou, por se tratar de um modelo ideal, impossível de se concretizar na prática. Cabe ressaltar que mesmo reconhecendo a impossibilidade de concretização desse modelo democrático, Rousseau não considerava a forma representativa como democracia, admitindo que poderia constituir uma nova forma de governo, mas não democrática.

O surgimento da democracia representativa remete-se ao século XVIII, ao período da Revolução Francesa.

Grupos populares, denominados *sans-culottes*, independentes da liderança burguesa, manifestavam idéias e objetivos próprios, defendendo limitações de riquezas, extinção das desigualdades e uma forma de governo, na qual os cidadãos pudessem interferir de maneira mais incisiva nas decisões do governo.

Fruto deste cenário foi a lei constitucional francesa de 1793, a qual reconhecia o povo como fonte única de todos os poderes e lhe conferia o exercício deles estabelecendo: uma soberania popular sem limites, sufrágio universal, eleições diretas, renovação anual de mandatos para legisladores, magistratura

sujeita a uma mobilidade extrema e o direito dos homens de se revoltarem contra o governo.

Apesar da lei ter sido promulgada, não foi possível instaurar o governo popular, sob a alegação do momento de tensão que vivia a França, sofrendo a ameaça de diversas invasões de reis e nobres estrangeiros.

Após o período de maior turbulência, em 1795, o povo voltou a insistir num modelo de autogoverno, contudo a Assembléia já tinha sido ocupada por contra-revolucionários, os quais não aceitaram a adoção do governo popular.

O povo não aceitou pacificamente, o que levou aos detentores do poder a agir com violência, decapitando os líderes populares e decretando a pena de morte aos que tentassem novamente se insurgir contra o governo.

A França acabou por copiar o sistema parlamentar inglês, marcado por características feudais, estabelecendo uma representação censitária, a qual não ensejava a participação popular e, em contrapartida, oferecia um mundo de oportunidades aos nobres, magnatas e burgueses, permitindo a renovação dos mandatos, o que veio a fomentar o império das oligarquias, bem como a formação de políticos profissionais, visto que a votação ficou restrita à alta burguesia: comerciantes, banqueiros, industriais e fornecedores do exército.

As relações sociais, bem como a história, são formadas de redes. Um fenômeno está intrinsecamente ligado ao outro, interferindo tanto nas causas, quanto nas conseqüências, não sendo possível separar a história política da história econômica.

Ao tratar da tomada do poder pela burguesia e à adoção do sistema representativo, não se pode deixar de falar do surgimento do capitalismo industrial e financeiro na França e de como foi necessário criar uma legislação que permitisse a afirmação do poder do capital.

Como afirma RIPERT (1947, p.18), “houve uma feliz oportunidade para o regime capitalista de nascer ao mesmo tempo que a liberdade política”.

Na Revolução havia uma atmosfera favorável ao surgimento do capitalismo: em 1791, pela lei 2-7 de Março de 1791, afirmou-se a liberdade do comércio e da indústria e a propriedade individual foi sacralizada. Contudo este era apenas o quadro econômico , fazendo-se necessária a criação de uma legislação que

permitisse o livre desenvolvimento do novo modelo econômico, pois “não se deve imaginar que o capitalismo moderno nasceu todo armado no dia em que o legislador de 1791 deu aos homens a liberdade de praticar o comércio ou a indústria. Nesse dia já seria ele possível, mas não foi o de sua criação. *A liberdade tudo permitia, mas não dava nada.*” (RIPERT, 1947, p. 21). (grifos nossos).

Faltava ao capitalismo um universo jurídico que garantisse ao detentor de capitais a **preponderância na vida econômica e política**. Não poderia ter surgido melhor oportunidade para as elites da época: haviam-se unido ao povo para acabar com as amarras que os prendiam aos privilégios da nobreza e agora se encontravam numa posição abençoada: poder dominar a assembléia e utilizar o sistema representativo como meio para promulgar uma legislação, com pinceladas democráticas, mas que tinha como fito servir aos propósitos do novo regime econômico: o regime capitalista.

Desta forma, o legislador francês pós-revolucionário, leia-se a burguesia, criou uma legislação própria que permitiu a concentração e a exploração dos capitais pelos seus iguais.

E assim surgiu a democracia representativa: criada pela nova elite – burgueses, banqueiros, industriais – com bases liberais, visando à criação de uma legislação que permitisse o “bom fluir” do regime capitalista. Desde os primórdios, a representação política, apesar de assumir um falso caráter democrático, pois a participação popular se restringia à escolha dos representantes, foi mais um instrumento utilizado pelas elites para, ao mesmo tempo dominar os centros de poder e para manter o povo longe deste, mas de maneira diferenciada: o povo teria a ilusão de que participava democraticamente, enquanto não passaria de massa de manobra.

Os mais variados argumentos foram e são utilizados para defender a representação política, sendo a grande dimensão dos Estados Contemporâneos e a dúvida sobre a capacidade do próprio povo em se governar as que ganharam mais adeptos.

Como um dos doutrinadores que questionam a capacidade dos indivíduos, pode-se citar Schumpeter, o qual chega a afirmar que a democracia não é o governo do povo, mas sim o governo dos políticos. O autor ainda apresenta uma posição

negativa em relação ao eleitorado: “ele é fraco, sujeito a impulsos emocionais, incapaz intelectualmente de agir por conta própria e altamente suscetível a influências externas. Por isso, a participação excessiva produziria a mobilização do *demos* com conseqüências negativas; o envolvimento político deve ser mínimo, o suficiente apenas para possibilitar a competição interelites.”¹⁸

Ainda nesta mesma linha, Samuel P. Huntington defende que a participação política pode ser fonte de instabilidade e decadência política: “A estabilidade de uma sociedade política depende da relação entre o nível de participação e o nível de institucionalização política. O nível de institucionalização política em uma sociedade com um baixo nível de participação política pode ser bem mais baixo do que ele é em uma sociedade com um nível mais alto de participação, e, mesmo assim, a sociedade com níveis mais baixos de ambos pode ser mais estável do que a sociedade que possui o nível mais alto de institucionalização e um nível de participação ainda mais alto. A estabilidade política, como argumentamos, depende da razão entre institucionalização e participação.”¹⁹

Um dos grandes defensores da democracia representativa - John Stuart Mill - restringia as atribuições do Poder Legislativo e defendia um sistema eleitoral diferenciado: considerava o sufrágio universal como um princípio desejável, mas que na prática deveria ser evitado pelo receio de que prevalecesse a vontade dos trabalhadores que correspondiam à maioria da sociedade. Assim sendo, além de defender o voto plural, acreditava que os pobres dependentes do poder público, os analfabetos e aqueles que não pagassem impostos diretos não deveriam ter direito ao voto.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1979, p.21), defensor de que uma democracia possível é aquela na qual as elites governam, afirma que “o governo é sempre exercido por uma minoria, sempre é uma minoria que governa enquanto a maioria não faz mais que obedecer.” E que “é da natureza das coisas, pois, que o poder seja sempre exercido por uma minoria. É sempre uma elite que prepondera nas decisões políticas”.

¹⁸ SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism and Democracy** apud Olavo Brasil de Lima Júnior – Instituições Políticas Democráticas – O segredo da Legitimidade. p.20

¹⁹ HUNTINGTON, Samuel P. apud Olavo Brasil de Lima Júnior – Instituições Políticas Democráticas – O segredo da Legitimidade. p. 21.

Compartilhando da mesma idéia, Mosca afirma que: “Os indivíduos [que constituem a elite dirigente] distinguem-se da massa dos governandos por qualidades que lhes dão uma certa superioridade, material, intelectual ou mesmo moral; ou então são os herdeiros de indivíduos que possuíram tais qualidades. Em outras palavras, os membros de uma minoria dirigente, em regra, possuem algum atributo, real ou aparente, que é altamente apreciado e muito influente na sociedade em que vivem”.

Bobbio, que apresenta uma visão liberal da democracia, tece a diferença básica entre a democracia dos antigos e a democracia dos modernos: aquela era a democracia direta, enquanto esta se caracteriza pela forma representativa, na qual o voto não se destina a decidir questões públicas relevantes, mas limita-se a eleger aqueles que terão poderes para decidir em nome da coletividade. Ressaltando que ao realizar uma breve análise ao longo do século XIX sobre os países hoje ditos como democráticos, vislumbraremos a ampliação progressiva do direito de eleger os representantes, citando Kelsen, o qual considera que a eleição é um elemento essencial da democracia real (porquanto a democracia ideal, para o autor, não existe em lugar nenhum).

A soberania popular reduz-se ao momento de escolha dos governantes, transformando o voto no dogma do modelo liberal de democracia, chegando a democracia moderna a ser confundida com a escolha dos governantes, conforme Bobbio. Segundo o autor:

democracia e autocracia, escreve Kelsen, ‘são apenas métodos para a criação de uma ordem social’. A democracia diferencia-se de outras formas de governo pelas regras que presidem à ‘escolha dos líderes’, que consiste na eleição periódica, e não na sucessão hereditária ou na cooptação, e por aquelas outras regras que estabelecem o modo de tomar as decisões coletivas, das quais a principal é o princípio da maioria. A primeira é voltada para impedir que uma classe política se perpetue sem se submeter ao controle dos indivíduos sobre os quais ela exerce o próprio poder, a segunda deve servir para tomar as decisões coletivas com o máximo de consenso e pacificamente. Se depois essa classe política eleita é ou não a melhor, a regra democrática enquanto tal não pode garantir, mas, como escreveu Popper, somente em um regime democrático a classe política pode ser mudada sem derramamento de sangue. Assim, não está em absoluto garantido que a decisão tomada pela maioria seja a mais sábia. Mas ao menos é aquela que se pode presumir seja a mais vantajosa para a maioria, contanto que se entenda possa ser mudada com o mesmo procedimento. (BOBBIO, 2000, p.426)

No tempo em que a representação política foi criando raízes, a participação popular na tomada de decisões e os instrumentos de participação popular direta foram sendo relegados a segundo plano e o Parlamento passou a ser a casa dos políticos profissionais, que governam segundo interesses privados, transformando os discursos das campanhas eleitorais em palavras vazias e sem significado, assim que assumem o poder.

A eleição que se caracteriza por ser um processo de escolha dos governantes, passou a ser um espaço para o pleno desenvolvimento da demagogia. Desde os tempos mais remotos, os gregos já consideravam que as eleições eram métodos que, apesar da “carapuça democrática”, permitiam que a corrupção e a demagogia fossem, de certa forma, enaltecidas ao posto de qualidades inerentes a um bom candidato. J. Vasconcelos, em seu livro *Democracia Pura*, traz como exemplo um panfleto, datado de 64 a.C., que trazia regras de demagogia para se ganhar uma eleição: “Põe em tua cabeça que tens que fingir o que não tens de natureza.”

Apesar de tal panfleto ser datado de 64 a.C., suas lições perpetuaram-se ao longo dos séculos, visto que hoje se pode ressaltar que nenhum político, com reais chances de sucesso, se lança numa campanha sem seus fiéis escudeiros: os profissionais do *marketing político*. Ora, se o que deveria prevalecer são as idéias, a ideologia do partido pelo qual se está lançando candidato, qual a finalidade de existirem profissionais do *marketing político*? Este já é um forte indício de que algo está errado, de que o objetivo da disputa eleitoral foi deturpado: o embate, a disputa de idéias foi substituído pela imagem; o conteúdo das propostas foi esquecido em face do “rótulo” dos candidatos.

Não obstante as atuais regras do processo eleitoral dificultam e muito a participação (com reais chances de sucesso), daqueles que não sucumbem ao *marketing político* e às campanhas milionárias. Para isso basta analisar o *quantum* seria necessário para se eleger a qualquer cargo do executivo ou legislativo, por exemplo. Daí surge um segundo questionamento: o candidato, após eleito, com a remuneração que irá perceber, conseguirá cobrir os custos de sua campanha? Evidentemente que não; neste ponto localizamos outro problema: o financiamento

das campanhas. No momento em que o candidato realiza alianças com o setor privado (e se não as fizer, dificilmente alcançará algum êxito, pois grandes somas de dinheiro são utilizadas nas campanhas), não estará mais livre para governar pautado apenas no bem-comum, pois primeiramente haverá o “bem” de quem o ajudou a chegar ao poder.

Alguns defendem que o financiamento público das campanhas seja a solução, contudo dificilmente a corrupção irá diminuir, pois aqueles que apresentam interesses privados, continuarão a investir de “formas indiretas” nas campanhas dos “seus” candidatos. Mesmo hoje, com toda a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral, é de conhecimento público que rios de dinheiro correm sem o conhecimento do grande público.

Outro tema que possui grande relevância quando se trata da representação política, é o questionamento da “natureza da delegação e da representação que é aceitável fazer, quando se trata de instituir uma forma de governo que não deseja alienar a vontade popular do processo de tomada de decisões, como no caso da democracia”. (MOISÉS, 1990, p.45)

Pode-se citar três modelos distintos de mandatos: *imperativo*, *representativo* e *partidário*.

O *mandato imperativo* parte da idéia de representação de agir em nome de outrem, não podendo extrapolar os limites daquilo que foi previamente acordado (o titular do mandato está diretamente ligado a seus eleitores), ou seja, “o representante é o veículo da vontade dos representados e sua atuação só encontra validade quando coincidente com essa vontade”. (SALGADO, 2007, p. 65).

Orides Mezzaroba (2003, p.72) salienta:

O mandato imperativo parte do pressuposto teórico de que a Soberania está pulverizada em cada indivíduo que compõe a Sociedade. Assim, cada cidadão, titular de uma parcela da Soberania, exerce o seu direito, influenciando nas eleições e escolhendo o seu representante. Na sua função de mandatário, o eleito fica totalmente vinculado aos interesses do eleitor, devendo cumprir fielmente a sua missão, sob o risco de ter o mandato revogado. O mesmo aporte, portanto, dos fundamentos e princípios relativos ao mandato particular, que é regulado pelo Direito Privado. (MEZZAROBA, 2003, p.72)

O mandato representativo é aquele que se baseia na confiança: com o voto ocorre a transferência do poder de decisão ao representante e este não possui nenhum vínculo direto com o seu eleitor, podendo deliberar livremente sobre os interesses comuns.

José Álvaro Moisés trata desta falta de vinculação entre o representante e o representado nas democracias modernas: “(...) por representante entendemos a pessoa que: (a) tem um mandato que não é revogável a qualquer momento: a sua limitação existe, mas ela decorre da aludida periodicidade do processo eleitoral, quando, sendo o caso, os representados podem desautorizar legalmente o seu representante; e (b) não é responsável, diretamente, pela expressão particular dos interesses dos cidadãos; no parlamento ou nos organismos executivos de governo, o representante se ocupa dos interesses gerais de todos os membros da comunidade política e, embora ele possa estar ligado a interesses específicos deste ou daquele grupo, no exercício das suas funções ele fala por todos.” (MOISÉS, 1990, p.47).

Por sua vez, Goffredo Telles Junior manifesta-se contrário à utilização do mandato representativo, uma vez que inexistente um vínculo de responsabilidade entre representante e representado, não sendo prevista a revogação do mandato. Logo, para o autor, a adoção de um mandato imperativo, o qual vincule o candidato às suas futuras decisões quando eleito, sob pena de perder o mandato, seria uma via para que o eleitor possa exercer algum tipo de controle eficaz sobre os candidatos depois de eleitos, pois estes teriam de cumprir aquilo a que se comprometeram.

De acordo com Eneida Desirée Salgado há sistemas democráticos, que, embora adotem o mandato representativo, reconhecem o direito dos eleitores de revogar os mandatados dos representantes que atuam em desacordo com o proposto em seus planos de governo.²⁰

²⁰ “Interessante instituto de feição democrática, relacionado, de certo modo, com o mandato imperativo (...) é o *recall* (de acordo com a experiência americana, revogação do mandato de representantes, de juízes eletivos, das decisões judiciais e da designação de funcionários, pleiteada por certo número de eleitores, obrigados a prestar caução, previamente, para garantir a recondução do *recalled*, caso este a consiga), usado precipuamente, nos Estados Unidos e na Suíça, onde sete cantões acolhem, ainda, o *Abberufungsrecht* (instituto usado, igualmente, no Liechtenstein e no Baden-Württemberg), espécie de revogação coletiva, que permite a cassação do mandato de toda uma assembléia”. CUNHA. *Representação política e poder*, p. 60.

Por sua vez, o mandato partidário, adotado por aqueles que defendem a fidelidade partidária, estabelece a vinculação entre o eleitor e o partido, visando assegurar maior previsibilidade de comportamento por parte do mandatário. Contudo a adoção imediata deste tipo de mandato, no Brasil, exige algumas considerações.

Não se presencia em nosso país a existência de partidos políticos, cujas ideologias estejam fortemente determinadas. Não obstante, a migração de partidos tornou-se fator comum na nossa realidade política; além disto, a possibilidade de coligações e alianças vêm a tumultuar ainda mais o cenário político brasileiro. A adoção do mandato partidário de forma imediata só viria a diminuir ainda mais o âmbito de escolha dos eleitores, devendo ser adotada de forma gradual e em conjunto com outras exigências, pois adotar a fidelidade partidária, no cenário atual brasileiro, pode ser comparado ao costurar uma colcha de retalhos.

Apesar de todos os questionamentos relativos à forma representativa de democracia, esta fixou seus alicerces, todavia, como ressalta Rogério Gesta Leal (1997, p. 150), “não é errado afirmar que a fórmula de representação preconizada pelo modelo liberal já se mostra débil em sua sustentação teórica e empírica, o que motiva novas reflexões objetivando sua superação”.

Aduz ainda o autor, que a caracterização de um regime representativo repousa em certos pressupostos que não correspondem à realidade, pois este modelo parte do princípio de que os eleitores escolherão de forma consciente seus representantes, bem como que o Parlamento corresponderá ao espaço para debates sobre interesses públicos e que nele se poderá ver em exercício a identificação dos Partidos Políticos com seus ideais.

Entretanto não se faz necessário ressaltar que esses pressupostos em nada se concretizaram, especialmente em um país como o Brasil, que carece de cultura política: nosso país, como é de conhecimento público, apresenta índices educacionais baixíssimos e o descrédito já levou os cidadãos à apatia, quando se trata de questões públicas. Logo, os políticos de carteirinha aproveitam e manipulam o descrédito da grande parte da população para manter as regras do jogo e continuar governando por interesses particulares.

Para aqueles que assumem uma posição mais liberal, os instrumentos de representação correspondem a uma boa opção para o exercício da soberania

popular, como afirma Geraldo Ataliba (1985, p. 63): “os exercentes da função pública, no regime republicano, fazendo-no a título de representantes da comunidade ou do povo. Este elege, como representantes seus, certos cidadãos, que governam em nome do povo (entendida a expressão povo, juridicamente, como conjunto dos cidadãos de um estado). Ao fazê-lo tem que realizar sua vontade e concretizar seus desígnios. Estes estão, conforme a importância dos valores popularmente consagrados, na Constituição ou nas leis”.

Por sua vez, para Regina Maria Macedo Nery Ferrari (1997, p. 217):

o exercício da democracia indireta ou representativa repousa em um conjunto de instituições que disciplinam a participação popular no processo político; esta, realizada periodicamente, pode seguir técnicas diferentes. A democracia representativa sempre se acha consubstanciada em um processo técnico de escolha de pessoas para que exerçam o poder em nome do povo, quando, então, esse participa da formação da vontade do governo e do processo político. Não se pode falar em representação sem eleição, que nada mais é do que ‘expressar preferência entre alternativas, realizar um ato formal de decisão política’, gerando para o eleito o mandato político representativo. (FERRARI, 1997, p. 217).

Diante das funções a serem desempenhadas pelo Estado, não seria viável a participação direta de todos os cidadãos para a deliberação de todos os assuntos. Logo, é de extrema importância o funcionamento adequado do modelo representativo, ou seja, é necessário que haja uma revigoração dos instrumentos que possibilitam o exercício da representação, como processo eleitoral sério, maior consciência do eleitorado, a construção de uma cultura política.

Contudo, deve-se lembrar que o exercício da democracia não se pode esgotar nos instrumentos de representação política; a cada dia instrumentos de democracia direta e temas relativos à democracia participativa, como via de possibilidade de libertação dos países periféricos, vêm recebendo maior destaque.

É certo que o modelo de representação política adotado está em crise e que suas instituições estão desacreditadas, sendo necessário que se implementem modelos que possibilitem maior participação da população nas deliberações públicas e que haja uma possibilidade de controle dos núcleos de decisão e de poder.

Muitos autores compartilham desta posição, como Olavo Brasil (1997, p. 14), ao afirmar:

enquanto o pensamento contemporâneo encara com ceticismo o desempenho parlamentar, a complexidade dos sistemas políticos vem apontando para a necessidade de criação, no mínimo, de mecanismos adicionais de participação como complemento às atividades associadas à democracia representativa. (BRASIL, 1997, p. 14).

CAPÍTULO IV

4 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Encontramos, com grande freqüência, o discurso de que a “democracia está em crise”, o que não é verídico, dado que o ideal democrático não está em crise²¹, porque os cidadãos ainda acreditam e lutam pelos ideais de liberdade e igualdade. O que existe, contudo, é a descrença na fórmula, no método pelo qual a soberania popular vem sendo exercida, ou seja, o que está em crise é a fórmula pela qual a soberania popular vem sendo transformada em representação política. Desta maneira, pode-se afirmar que o anseio por liberdade, igualdade, bem como por uma sociedade mais justa não está em crise.

No entanto deve-se registrar a constatação de que se visualiza por parte do cidadão um cansaço, talvez decorrente da forma como vem sendo tratado e visto como mero coadjuvante na cena política.

Perante esse cenário, a democracia participativa surge como um novo paradigma a ser vislumbrado, o qual, através de instrumentos de democracia direta, poderá assegurar o exercício da soberania popular diretamente pelo povo, dado que este se constitui no seu único detentor e maior interessado; “redespertando” neste o interesse pela coisa pública e a esperança de que é possível melhor futuro para todos.

Este fato é reiterado por nossa Carta Magna de 1988, a qual foi promulgada depois de tantos anos de usurpação do poder, a qual reconhece a importância da participação popular, elencando em seus artigos 1º e 14º os alicerces para o desenvolvimento de uma democracia participativa:

²¹ Como afirma Tarso Genro, em seu artigo *Crise democrática e democracia direta*: “Se a democracia não é apenas um sistema de um regime democrático determinado, pendente da tragédia, ou apenas um sistema jurídico, através do qual se objetiva o máximo de legitimidade para os governantes, é possível pensar que as instituições e os mecanismos atuais podem ser fortalecidos e provavelmente renovados. A idéia democrática, então poderia ser alvo de sucessivos projetos democráticos, compatíveis com cada época em que ela é exercitada”. Páginas 12-13.

Art. 1º, CF:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição.

Art. 14, CF:

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular (...)

Vale ressaltar que para aqueles que professam que a democracia participativa seria fruto de elocubrações de intelectuais, de movimentos de esquerda ou quem sabe de acadêmicos sonhadores, o artigo que inicia nossa Carta Magna, fruto de uma assembléia constituinte popular – senão totalmente popular, pelo menos a mais popular depois de décadas de governos autoritários – alicerça os pilares necessários para o desenvolvimento da democracia participativa, ao elencar a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana como fundamentos do Estado Democrático brasileiro, bem como, ao estabelecer que todo o poder emana do povo e que este poderá ser exercido de forma direta.

Contudo, devemos salientar que esta não é a primeira constituição que traz em seu corpo mandamentos que postulam que o poder emana do povo; todavia, por

muitos anos vivemos sob a sombra de um constitucionalismo de aparência, vivendo sob o comando do legalismo, no qual a força principiológica era relegada à teorizações do mundo acadêmico. Tal cenário foi transformado e hoje se vivencia uma nova fase do constitucionalismo, uma fase na qual a legalidade cedeu espaço para a legitimidade, reconheceu-se a supremacia da Constituição sobre os Códigos e da Hermenêutica sobre a Dogmática; desta forma os princípios constitucionais saíram das meras discussões acadêmicas, para a realidade e militância social.²²

Contudo, antes de chegarmos a esta fase (de um constitucionalismo de combate) pertencente a um Estado Democrático-Participativo, outras formas de Estado podem ser visualizadas ao longo do período de existência do Estado Constitucional, como leciona Bonavides:

- a) *Estado Liberal* - também conhecido por Estado constitucional da separação de Poderes, surgiu logo após a Revolução da Independência Americana e a Revolução Francesa. Em poucas palavras, podemos resumir que este modelo fundou o Estado de Direito, o qual visava assegurar os direitos fundamentais (também chamados de direitos de primeira geração), tendo como pilar o princípio da liberdade (direitos individuais, civis e políticos), e que elevou a separação de poderes, ao patamar de princípio constitucional, numa tentativa de manter no passado a existência de regimes de exceção.
- b) *Estado Social* – a grande preocupação nesta segunda fase do constitucionalismo, deixa de ser a liberdade e passa a ser o anseio por justiça, como valor social superior. As constituições liberais eram marcadamente individualistas e burguesas, em contraponto as constituições deste período tentando soltar-se das amarras da legalidade, apresentavam características muito mais sociais, buscando a legitimidade pela consecução dos direitos fundamentais.
- c) *Estado Democrático-Participativo* – é o que apresenta como direito fundamental de quarta geração o direito à Democracia. O Estado da

²² BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, p. 54. “Hoje, como se vê, os princípios valem mais porque as Constituições se juridicizaram. Hoje, os princípios, sendo da essência da constitucionalidade, ocupam o lugar mais alto e nobre na hierarquia dos ordenamentos jurídicos. As regras se lhes sujeitam, conforme dissemos, e o Direito vive, de último, a grande idade do Constitucionalismo principiológico, como dantes já vivera a era milenar do Jusprivatismo romanista”.

democracia participativa tem como base os princípios constitucionais, os quais representam a vontade popular, o desejo do povo. Assim sendo, dentro do ordenamento jurídico os princípios gozam da mais alta importância, ficando as normas relegadas a segundo plano, devendo sempre obedecer a comandos superiores, que assim se classificam por exprimir a vontade dos cidadãos.²³

Bonavides considera a democracia um direito de quarta dimensão e, embora reconheça que há ainda um grande caminho a trilhar para a sua concretização, afirma não ser algo inviável, como pregam os teóricos conservadores e neoliberais. Ressalta, ainda, que a dificuldade a ser enfrentada pela democracia – como direito de quarta geração – em nada se diferencia da dificuldade até hoje enfrentada por países da periferia que esperam ver consolidados os direitos fundamentais das três gerações anteriores.

Como bem alude Bonavides²⁴, esta funda-se sob quatro princípios: o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da soberania popular, o princípio da soberania nacional e o princípio da unidade da Constituição.

O princípio da dignidade da pessoa humana, o qual já foi por vezes alvo de descaso por parte daqueles que defendiam que este princípio tudo dizia, sem na verdade dizer coisa alguma, pecando por uma suposta abstração suprema, configura-se hoje no princípio sintetizador dos direitos de primeira, segunda, terceira e quarta gerações, sendo a grande inspiração e o espírito das Constituições modernas.

Por sua vez, o princípio da soberania popular diz respeito à forma de organização do ordenamento jurídico, sendo este a fonte de legitimidade de exercício do poder, sendo o cidadão o sujeito e o destinatário do governo

²³ BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. P. 56 “Com a democracia participativa a soberania passa do Estado para a Constituição, porque a Constituição é o poder vivo do povo, o poder que ele não alienou em nenhuma assembléia ou órgão de representação, o poder que faz as leis, toma as decisões fundamentais e exercita uma vontade que é a sua, e não de outrem, porque vontade soberana não se delega senão na forma decadente de intermediação representativa dos corpos que legislam, segundo ponderava Rousseau, com absoluta carência de legitimidade em presença do vulto e significado e importância da matéria sujeita.”

²⁴ BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*.

democrático. O modelo representativo hoje empregado no país, a corrupção publicizada das Casas Legislativas, a falta de interesse pela coisa pública por parte dos governantes, violenta e agride a crença no princípio da soberania popular.

Por sua vez, na sociedade em rede postulada por Castells (2005) convive-se com os efeitos daninhos da sociedade ou aldeia global, a qual fere a identidade dos povos, dos países menos favorecidos, inseridos no mundo considerado como em desenvolvimento, ferindo conseqüentemente o princípio da soberania nacional, o qual se refere à afirmação categórica da independência do Estado perante as demais organizações estatais nacionais e internacionais.

A importância e a relevância do princípio da soberania nacional vem sendo deturpada pelos defensores do processo capitalista globalizador, pois se prega fortemente o afrouxamento das barreiras nacionais, a flexibilização de fronteiras; contudo o que ocorre na prática é que este discurso é muito bem utilizado, pelos que detêm o poder econômico, que decidem o quando, o como e o quanto lhes interessa que os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos afrouxem as barreiras, fato este recém-presenciado na Rodada de Negociações de Doha que, além desta constatação, permitiu que fosse publicizado o dissenso existente entre os pobres, o qual intencionalmente ou não fortaleceu ainda mais os detentores do poder econômico, os quais postulam normas que cerceiam a liberdade dos países emergentes, conforme Straus (2002).

Este cenário explicita quantas batalhas já foram travadas perante a OMC, as quais mais se assemelham ao lendário embate travado entre Davi e Golias. Esta analogia permite comparar a diferença presente entre os “gigantes” e os ‘pequenos’, entre os considerados “ricos” e os ‘descritos’ como pobres ou subdesenvolvidos. Nesta luta fica claro ser difícil o sucesso dos considerados fracos, pois lhes falta o conhecimento necessário para entender e lutar contra a manipulação da qual vêm sendo vítimas desde os primórdios da humanidade.

O elemento hermenêutico é o princípio da unidade da Constituição, o qual permite a compreensão e a elucidação de cláusulas constitucionais.²⁵

²⁵ BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*, p. 11.

Desta forma, podemos verificar que os quatro princípios supramencionados para que possam lograr êxito, exigem uma sociedade aberta, na qual os instrumentos do poder não sejam subjugados por uma casta elitista que governa em nome próprio, e em nome do capital, descaracterizando a luta pela coisa pública, transformando os cidadãos em marionetes, em seres abúlicos, dado que são passíveis de serem manipulados e transformados em verdadeiros servos para os detentores do poder, responsáveis pela verticalização das relações sociais e pela existência do “nós e eles”

O contexto da sociedade contemporânea explicita ser complexo e tortuoso o caminho para a implementação da democracia participativa, em virtude das dificuldades impostas pelos mais diversos atores. Tal implementação requer uma verdadeira metamorfose social, tanto por parte dos cidadãos que estão desacreditados na coisa pública, como dos mais diversos setores da sociedade. Entre as inúmeras dificuldades a serem enfrentadas, podemos salientar a relevância de duas: o poder da mídia, que hoje se encontra escravizada pelo capital e o *individualismo*, sustentáculo do neoliberalismo, que acabou por criar raízes profundas na sociedade capitalista, elemento este bem caracterizado por Baudrillard (1976) ao descrever as modalidades de corpo da sociedade moderna.

Neste contexto, podemos indicar a mídia como um dos maiores aliados das castas políticas. Elemento que outrora foi instrumento de combate contra ditaduras, autoritarismos, chamado como o 4º Poder, hoje é mais um instrumento à disposição da ordem capitalista, dado que os meios de comunicação, na atualidade, são instrumentos de descaracterização da verdade e legitimante das atrocidades políticas vivenciadas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Ao deixar de ser instrumento de informação, de alerta para o cidadão, assim como de fiscalização, ela transformou-se em meio de manipulação de massas, advindo disso a importância de conhecermos a função substantiva das tecnologias de comunicação e informação e não apenas a instrumental. Em virtude da visão instrumental da tecnologia, verifica-se que esta passou a ser escravizada pelo capital, reiterando o

poder de conservar no poder ditaduras constitucionais sob o espectro de uma pseudo-democracia e de um pseudo-regime representativo.²⁶

Por sua vez, o *individualismo* é, sem dúvida, um dos empecilhos que dificultam o implemento da democracia participativa, pois os indivíduos perderam a noção de coletividade, a sensibilidade de percepção de que o bem comum, o bem do outro se converte em seu próprio bem, indo ao encontro ao preconizado por grandes filósofos como Merleau-Ponty (1971) e Buber (1974) que vêem o outro como complemento e não com ser limitante.

Desta forma, o individualismo acarreta a necessidade de mudança de mentalidade dos cidadãos, a qual reconhece a importância da participação, legitima o poder, bem como as decisões a serem tomadas.

Para tanto é preciso nova forma de pensar, que o homem reconheça que o viver em sociedade implica conviver com o outro, com a troca, com nova cultura política, que vá ao encontro do pensamento sartreano, que vê o homem como meu inferno e reitere o pensamento merleauPontyano da complementação.

O individualismo descende do capitalismo e explicita que a preocupação, unicamente com o espaço “eu”, gera problemas tão sérios e danos irreparáveis que este comportamento está fadado ao insucesso, mas infelizmente ainda reina na sociedade contemporânea.

Entretanto é preciso explicitar de que participar não implica defender o “statu quo”, mas, sim, o deliberar, o lutar pelo “todo”, pelo benefício de seu vizinho que se encontra carente de determinado serviço, bem ou até mesmo de esperança. Esta postura deixa explícito de que a política do individualismo serviu apenas a um propósito: o de nos encarcerar dentro dos muros da desigualdade e do medo do outro.

A luta pelo reconhecimento da importância e da viabilidade da inserção de instrumentos de democracia direta, bem como do fortalecimento dos já elencados no artigo 14 da nossa Carta Magna (o referendo, o plebiscito e a consulta popular) sofre constantes ataques relativos a sua inviabilidade sob os mais diversos argumentos.

²⁶ Op. Cit. p. 12.

Sendo um deles aquele que repousa no paralelo traçado entre a realidade das cidades-estado, em que os cidadãos se mobilizavam para deliberar em praça pública, caracterizando aquilo que alguns autores chamam de *cidadão total*, deixando de certa forma de ter vida particular, para participar ativamente da *res publica*. O que pode ser visto num trecho extraído do livro *Cidade Antiga*, de Coulanges:

O cidadão...se entregava totalmente ao Estado. Dava-lhe seu sangue na guerra, seu tempo na paz. Não era livre para colocar de lado os assuntos públicos e cuidar com mais dedicação de seus interesses pessoais. Aliás, estes deveriam ser negligenciados para que pudesse trabalhar em prol da cidade. Os homens passavam suas vidas a se governar. A democracia só podia perdurar sob a condição de todos os seus cidadãos a ela devotarem trabalho incessante. (COULANGES, 1996).

Com base nesta teoria, a crítica reside na impossibilidade da manutenção concomitante da vida particular, privada, com a participação direta nas decisões políticas. Ora, vivenciamos a era da tecnologia, da informática, aprimoramentos surpreendentes na área de comunicação foram alcançados, permitindo que em um país de dimensões consideráveis, grande parte da população possa participar do processo democrático, sem que seja necessária a reunião em praças públicas, como outrora se vivenciou na Grécia Antiga.

Vale registrar outro argumento muito utilizado, contrário à democracia participativa: o da apatia e falta de interesse da população. Os defensores de tal posição não poderiam estar mais equivocados. Um exemplo que serve para minar tal posicionamento é o do Orçamento Participativo que foi inaugurado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. No primeiro ano de implementação do orçamento (1989) participaram 1300 cidadãos, ao passo que no ano de 2000, o número ultrapassou a margem dos 19000 participantes. Este é apenas um exemplo de que ao passo que as oportunidades de participação direta forem realmente sérias, elas irão despertar o interesse das mais diversas camadas da sociedade.

Quando nos referimos a oportunidades sérias de participação, aludimos também à forma como os instrumentos de ampliação do exercício da soberania popular, previstos no art. 14, CF, vem sendo empregados.

No Brasil, a Constituição de 1988 inovou ao introduzir três mecanismos de democracia semidireta: o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. Tais instrumentos se situam no campo da participação política, como orientadores dos princípios fundamentais da Nação e formam o binômio representação-participação.

O referendo, o plebiscito e a iniciativa popular surgem como um desejo de complementação da democracia representativa, oferecendo novos métodos de exercício da soberania popular, além do momento do voto no processo eleitoral.

O referendo, em sentido lato, consiste na consulta à população sobre emendamentos constitucionais ou até sanção de leis ordinárias, quando esta inferir sobre interesse público nacional, representando a forma clássica e tradicional de exercício direto de poder. Bonavides²⁷ reconhece a importância do referendo, destacando: “com o referendium, o povo adquire o poder de sancionar leis”.

Por sua vez, o plebiscito caracteriza-se por uma consulta popular anterior à tomada de decisão pelos governantes, como fica definido pelo artigo 2º, §1º, da Lei nº 9.709, de 1998, que disciplinou os incisos da democracia semidireta, na forma do artigo 14 da Constituição Federal: “O plebiscito é convocado com anterioridade ao ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”.

Importante ressaltar que a diferenciação traçada entre referendo e o plebiscito reside na vinculação da decisão do referendo, enquanto que esta não existe no plebiscito. Em outras palavras, o povo pode ser consultado, mediante o plebiscito, decidir por determinada posição, e o governo não é obrigado a seguir a deliberação popular, fato que causa certa estranheza, pois qual seria a sua finalidade, se os governantes podem deliberar de forma contrária? Neste contexto surge o grande questionamento acerca da questão plebiscitária.

Por sua vez, a iniciativa popular corresponde ao direito do eleitorado de propor ao Poder Legislativo projetos de lei, iniciando, ao lado de outros agentes políticos (presidente da República, Tribunais Superiores, deputados e senadores), o processo legislativo.

²⁷ BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10 ed. São Paulo. Malheiros: 2003.

Bonavides considera que a iniciativa confere ao cidadão a possibilidade de participar do projeto legislativo, assinalando: “de todos os institutos da democracia semidireta o que mais atende às exigências populares de participação positiva nos atos legislativos é talvez a iniciativa”²⁸.

Todavia, diferentemente do que ocorre no cenário internacional, os institutos de democracia semidireta são parcamente empregados em nosso país, enfrentando os mais diversos obstáculos, como a descrença na capacidade decisória do povo, sempre embasada por questões de desigualdade social, bem como a própria autorização legal para seu exercício que, no mais das vezes, cria obstáculos formais intransponíveis, ficando o uso e a eficácia dos elementos de democracia semidiretas relegadas ao teórico. Desta forma, apesar destes institutos serem empregados em diversos países, no Brasil, por se encontrarem tão distantes do povo, tornam-se quase um mito.

Antonio Gomes Maués também tece críticas ao modelo liberal-representativo, assumindo a posição de defensor de uma democracia participativa, que venha a ampliar os canais democráticos, possibilitando a participação da população na busca do bem comum, bem como criar instrumentos que viabilizem alguma espécie de controle público sobre aqueles que exercem o poder.

Tarso Genro (2003, p. 15), militante da democracia participativa, aduz à problemática da sociedade de “massa”, como um dos problemas encarados pela democracia moderna, afirmando que na cultura do consumismo, na qual vivemos, há a redução da capacidade de coesão da cultura democrática: “o *sentimento de pertencimento* a uma comunidade determinada, seja nacional ou local, é substituído pelo *sentimento de rebanho*, voltado para o consumo e para o prazer alienado.”

Por sua vez, Boaventura de Souza Santos, em sua coletânea intitulada *Reinventar a Emancipação Social – Para Novos Manifestos*, a qual corresponde a um estudo realizado em países semiperiféricos – como o Brasil – e preiféricos, sendo o tema da coleção a globalização alternativa, ou seja, formas de resistência, bem como de alternativas ao processo globalizatório hegemônico das grandes potencias.

²⁸ Op. Cit.

O estudo analisa iniciativas, organizações e movimentos progressistas em cinco áreas sociais distintas, sendo estas: democracia participativa, sistemas alternativos de produção, multiculturalismo, justiça e cidadanias culturais, luta pela biodiversidade entre conhecimentos rivais e o novo internacionalismo operário.

O primeiro volume desta grande obra, intitulado *Democratizar a Democracia – Os Caminhos da Democracia Participativa* aborda iniciativas de instauração da democracia participativa, que vieram a alterar de forma significativa a logística de algumas comunidades ao redor do mundo. Sendo suscitados exemplos como a implementação do Orçamento Participativo em Porto Alegre, a luta pela conquista de espaço político pelas mulheres moçambicanas, que vivem uma realidade prementemente machista, bem como exemplo dos cocaleros de Putumayo - Colômbia, que buscam o reconhecimento de sua cultura, desvinculados da mitigação do narcotráfico.

Desta forma, Boaventura reconhece que um dos caminhos a ser trilhados pelos países semi e periféricos na busca de impedir que o processo hegemônico de globalização acabe por destruir todos os níveis de diversidade, bem como que impossibilite o processo de recolonização por parte dos grandes impérios, galgando vertentes que desaguem na emancipação social daqueles que hoje se encontram “escravizados”, é a conquista da implementação de instrumentos de participação popular na esfera de decisões políticas, que venham a reconhecer os interesses daqueles que hoje são excluídos, por não pertencerem às elites governantes e, pelo fato de não representarem os interesses do capital, são deslocados do cenário do poder, só merecendo atenção e destaque no momento de escolha daqueles que irão governar.²⁹

O autor rechaça a concepção hegemônica da democracia do pós-guerra. Aponta que a primeira via de afirmação hegemônica da democracia é a via que leva

²⁹ Boaventura abordando a questão da importância do eleitor, do cidadão, a qual é conferida apenas no momento do voto, cita uma breve passagem de Rousseau, o qual alude ao equívoco dos ingleses em se considerarem livres, por serem representados por um parlamento: “a soberania não pode ser representada pela mesma razão que ela não pode ser alienada. [...] Os deputados eleitos pelo povo não são e não poderiam ser os seus representantes; eles são, unicamente, os seus agentes. [...] Toda lei que o povo não ratificou pessoalmente é nula [...] O povo inglês acredita ser livre. [...] Na verdade, ele está fortemente enganado; ele apenas é livre no dia da eleição dos seus representantes. Assim que os representantes são eleitos, o povo está novamente escravizado. Página 564.

do pluralismo valorativo à redução da soberania e, em seguida, à passagem das discussões do jogo democrático à identificação imediata da democracia com as regras do jogo eleitoral.

A crítica de Boaventura relativa à adoção da democracia instrumental (liberal) consiste em dois questionamentos: haveria o esgotamento dos procedimentos de autorização por parte dos cidadãos no processo eleitoral e se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação da diferença.

A segunda discussão trazida pelo autor, diz respeito à figura da burocracia e como esta assumiu contornos de indispensabilidade no século XX. Tal linha de raciocínio foi inaugurada por Max Weber que abordou a crescente perda de participação dos cidadãos nas tomadas de decisões, em face do crescimento de formas de organizações burocráticas.

Com o surgimento do Estado Moderno as necessidades imediatas deste não possibilitaram a participação direta dos cidadãos nas deliberações públicas, levando à consolidação de burocracias especializadas nas mais diversas áreas de atividade do Estado.

À medida que o Estado social se foi solidificando, a burocracia seguiu o mesmo rumo, sendo Bobbio um dos defensores do crescimento da burocracia, afirmando que o indivíduo, ao fazer a opção pelo Estado de bem-estar social e pela sociedade de consumo em massa, está abrindo mão de exercer o controle sobre atividades políticas e econômicas, relegando esta função para as burocracias públicas e privadas.

A crítica de Boaventura reside na questão de que a burocracia central apenas emana soluções homogêneas para os mais diversos tipos de situações, entre as diversas esferas administrativas, não sendo as respostas satisfatórias para a sociedade, pois esta que é composta por diferenças e pluralismos nas mais diversas áreas, clama por soluções que sejam pertinentes a cada caso apresentado. Desta forma, como aduz o autor:

o conhecimento detido pelos atores sociais passa, assim, a ser elemento central não apropriável pelas burocracias para a solução de problemas de gestão. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais claro que as burocracias centralizadas não tem condição de agregar ou lidar com o conjunto das

informações necessárias para a execução de políticas complexas nas áreas social, ambiental ou cultural (Sabel *et al.*, 1999). Aí residiria o motivo da re-inserção no debate democrático dos assim chamados 'arranjos participativos'. (BOAVENTURA, 2005, p. 48).

O terceiro argumento, que constitui a concepção hegemônica diz respeito ao reconhecimento da representatividade como única solução possível nas democracias de grande escala.³⁰

A justificativa da representação repousa na questão da autorização, sendo os grandes argumentos favoráveis à autorização: o consenso dos governantes, em oposição ao rodízio realizado no processo de tomada de decisões relativo ao procedimento da democracia direta³¹ e à questão da capacidade das formas de representação de expressar os anseios de todos os grupos formadores do corpo social.

Em relação ao consenso, Boaventura manifesta-se insatisfeito com a explicação fornecida por aqueles que defendem a substituição do rodízio pela idéia do consenso dos representantes: "para a teoria hegemônica o problema do consenso adquire relevância apenas no ato de constituição de governos. No entanto o ato de constituição de governos é um ato de agregação de maiorias, e dificilmente leva a consensos em relação às questões da identidade e da prestação de contas dos governantes." Assim sendo, o abandono do procedimento do rodízio de cargos administrativos não nos remete, de forma inexorável e imediata, ao reconhecimento da superioridade da forma representativa, mas sim à necessidade de um novo fundamento para a participação.

Por sua vez, em relação ao segundo argumento a remissão à teoria de Stuart Mill é imprescindível, porque este defendia que a assembléia correspondia a uma miniatura do eleitorado. Boaventura não compartilha da mesma opinião do filósofo inglês, ressaltando que a representação, partindo do método de escolha pela

³⁰ Boaventura cita Dahl como um dos defensores desta idéia: "quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes. (Dahl, 1998: 110)". Pág. 48

³¹ O sistema de rodízio, de acordo com a concepção hegemônica de democracia, não se revestia de caráter autoritário, sendo guiado e legitimado pela idéia de alternância na ocupação dos cargos públicos.

maioria, não garante que identidades minoritárias serão representadas nas casas legislativas.

Podemos citar um exemplo do Brasil: é de conhecimento público e notório que, muitas vezes, os índices nacionais de desenvolvimento e educação ficam abaixo de outros países, cujo PIB é menor que o nosso, logo também se sabe que o número de analfabetos ou de analfabetos funcionais é enorme em nosso país; contudo um dos requisitos para se candidatar é o de ser alfabetizado. Pois bem, um candidato que não passa pelas dificuldades, ou melhor, que não vivencia o dia-a-dia de alguém que vive marginalizado em seu próprio país pelas barreiras da linguagem, estará realmente determinado a lutar pela causas destas pessoas? Ou seguindo outra linha de raciocínio, não será legítimo aos analfabetos poderem eleger pessoas com as quais realmente tenham um vínculo de identidade? O que se busca com este simples exemplo, é demonstrar como a forma de representação não possibilita a participação na tomada de decisões por parte das minorias marginalizadas, ocorrendo então aquilo que Boaventura chama de “dificuldade de representar agendas e identidades específicas”.³²

Em face de decadência do modelo representativo de democracia, o qual representa nada mais do que o modelo liberal da democracia, representando os interesses das elites locais, bem como reforçando a hegemonia dos países tidos como desenvolvidos e o processo de “recolonização” das ex-colônias, a temática relativa à democracia participativa surge como uma direção a ser seguida pelos países em desenvolvimento, ou chamados de terceiro mundo, bem como periféricos e semiperiféricos, como no caso do Brasil em busca da libertação política, econômica e social.

³² *Op. Cit. p. 50*

CAPÍTULO V

5 SÍNTESE REFLEXIVA

O modelo representativo de democracia encontra-se em colapso e a maior prova de que estamos chegando aos seus últimos suspiros é o caos social que hoje vivenciamos, pois se vive uma verdadeira convulsão social, marcada pela violência, pelo desconhecimento do outro e pelas formas mais díspares de desigualdades sociais. Este caos é acentuado pela desmoralização da política, pelo desinteresse por tudo o que é público, pelas privatizações exacerbadas das relações sociais e pela crise do próprio Estado.

Neste cenário caótico, discutir a democracia, bem como defender a democracia participativa parece utópico, mas não é. É preciso discuti-la, abrindo o debate sobre o tema, caso se vise superar o caos que nos envolve com força cada vez maior.

Esta mudança de paradigma sofre grande resistência por parte dos defensores da representatividade política, a qual corresponde à forma predileta dos “*suseranos*” que hoje representam a casta política, bem como os interesses do neoliberalismo. Tal resistência só será superada, quando a democracia participativa for vista não como vilão ou vingança do proletariado, senão como substituto da representação, pelo menos como forma de complementaridade desta.

Neste contexto só o povo mobilizado pela dor da marginalização poderá reescrever a sua história, lutando pelo direito de participar ativamente das tomadas de decisão do poder, exercendo a soberania popular e buscando, desta forma, restabelecer a ordem política e social no país, minimizando, assim, as diferenças sociais vigentes.

Decorre desta crença que é importante debater, aprofundar e ampliar a discussão acerca dos fundamentos da democracia participativa, bem como dos institutos de democracia semidireta, que se encontram tão distantes do povo brasileiro, tornando-se quase um mito.

Ao desconhecer a soberania popular, a democracia, como prática que se afirma democrática, não como conceito ou valor, vem sendo destrinchada e seus pedaços distribuídos entre os detentores do poder econômico, que têm seus direitos assegurados ao longo dos anos pelos representantes eleitos, que governam de acordo com interesses privados.

A fórmula de transformação da soberania popular em poder legitimado, até hoje utilizada, está fadada ao insucesso, primeiro porque as turbulências sociais não mais podem ser maquiadas, e em segundo porque o povo está retomando a consciência de que é agente político e não mero espectador dos jogos de poder e esta mudança na consciência popular é fundamental para que a democracia participativa finque suas raízes em nossa sociedade, pois o descrédito da população chegou às raias da comédia, como bem salienta Goffredo Telles Junior³³:

O próprio povo acaba percebendo o papel de tolo, que está desempenhando na tragicomédia dos partidos políticos e do sufrágio universal. Em consequência, torna-se cético e um pouco cínico. Quando não vota por amizade ou por dinheiro, vota por troça. E, com malícia, começa a escolher os candidatos mais engraçados, mais farsantes, mais pândegos. Vota sem consideração pela competência ou incompetência dos candidatos. Vota em quem dá melhores *espetáculos* em praça pública ou na televisão. Desistindo de formar órgãos legislativos dignos, o povo busca substituí-los pelo circo. Não é por outro motivo que um bode, em Pernambuco, e um rinoceronte, em São Paulo, já foram eleitos “legisladores”. (TELLES *apud* SALGADO, 2007, p.72).

Há grande coro formado contra a abertura e a criação de canais de participação direta da população, formando verdadeiro bloco de defensores da representação política, especialmente em detrimento da herança individualista do mundo e da política do liberalismo, para a qual o *voto* é o ápice da participação popular. Ora, sabe-se que os métodos de controle do representante por parte de seu eleitor são praticamente inexistentes, sendo o voto uma espécie de cheque branco, que apenas a cada quatro anos poderá ser resgatado.

Em face disso, surge a democracia participativa, como tentativa de ruptura do ciclo vicioso criado pela representação política, resgatando a dimensão pública e cidadã da política, em vista da reescrita da história.

A história do nosso próprio país pode demonstrar que o governo relegado a uma determinada elite não necessariamente corresponde à melhor forma de governo, porquanto durante a maior parte do século XX, vivenciamos períodos de instabilidades, devido à competição entre as classes hegemônicas.

Durante o período compreendido entre 1930 e 1945, o sistema político predominante foi uma forma de corporativismo, o qual passou a ser um corporativismo autoritário, visto que os direitos civis e políticos estiveram suspensos.

Por sua vez, o populismo semidemocrático foi o marco do governo no período entre 1945 e 1964, pois todos os mandatos presidenciais, desta época, estiveram sujeitos a algum tipo de questionamento antidemocrático.

Registra-se que o pior foi vivenciado no período entre 1964 a 1985, quando o Congresso Nacional fechado por duas vezes pelo regime autoritário, bem como foram canceladas as eleições presidenciais e boa parte dos direitos civis.

A largada para a construção de uma nova sociedade ocorreu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a qual espera pela sua concretização, pois muitos dos seus mandamentos ainda não são respeitados e a manipulação do poder continua latente.

Uma das dificuldades a ser apontadas, dentro do cenário político brasileiro, que dificulta a transição do modelo puro de representatividade, para um modelo que combine instrumentos de representação com institutos de democracia direta, diz respeito à falta de novas lideranças políticas no cenário brasileiro, pois grande parte dos políticos atuantes tiveram laços com o período ditatorial, carecendo nosso país de uma nova ordem de líderes e de governantes.

A democracia, quando vista como processo de lutas e conquistas, sendo sua principal batalha a luta em prol do resgate da justiça social e do convívio com medidas sociais mais includentes, a participação deverá ser, sem dúvida alguma, o caminho a ser seguido por países oprimidos e periféricos como o Brasil; a garantia da democracia participativa e do respeito à soberania popular deixarão o espaço ocupados pelos mitos e tornar-se-ão realidade.

6 REFERÊNCIAS

ATALIBA, Geraldo. *República e Constituição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

BARROS, Alberto Ribeiro. *Estado e Governo em Jean Bodin*. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_08.htm> Acesso em 27/09/2008.

BERNARDES, Júlio. Orçamento Participativo: reflexão sobre os sentidos. In: ROSENFELD, Denis L. (Ed.). *Democracia e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEAUDRILLAR, Jean. *A troca simbólica e a morte*. Coimbra: 1976.

BOBBIO, Norberto. *Estado Governo e Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*. 6.^a ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*. 2^a ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BONAVIDES, Paulo. *Do país constitucional ao país neocolonial*. 3^a ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRITTO, Carlos Ayres. *Teoria da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BUBBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Moraes, 1974.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, vol. I, 2005.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, s/d.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo Direito e Justiça Distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. Por que não a soberania dos pobres? In: SADER, Emir (Org.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COULANGES, Fustel de. *A cidade Antiga*. 12ª ed. São Paulo: Hemus, 1996.

CUNHA, Fernando Whitaker da. *Representação política e poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

DUVERGER, Maurice. *Os Grandes sistemas Políticos: Instituições Políticas e Direito Constitucional - 1*. Coimbra: Almeida, 1985.

FARIA, José Eduardo. *Poder e legitimidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. O desenvolvimento da democracia como resultado da efetiva participação do cidadão. In: BASTOS, Celso (Ed.). *Democracia, hoje: um modelo político para o Brasil*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1997.

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. *A Democracia Possível*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

FERREIRA FILHO, *A Reconstrução da Democracia*. São Paulo: Saraiva, 1979.

GENRO, Tarso. Crise Democrática e democracia direta. In: ROSENFELD, Denis L. (Ed.). *Democracia e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LEAL, Rogério Gesta. *Teoria do Estado: cidadania e poder político na modernidade*. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 1997.

LEME, F. OG. Os limites da Democracia. In: ROSENFELD, Denis L. (Ed.). *Democracia e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Ed.), 1997.

LUCAS, Randolph. *Democracia e Participação: Pensamento Político*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma Filosofia da Libertação: paradigmas da Filosofia da Libertação*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *A democracia e suas dificuldades contemporâneas*. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v.212, p. 57-70, abr./jun. 1998.

MEZZAROBBA, Orides. *Introdução ao direito partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MONTESQUIEU, *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”, s/d.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e participação*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

OLIVA, Alberto. Democracia e liberdade: as escolhas de muitos, as decisões de poucos. In: ROSENFELD, Denis L. (Ed.). *Democracia e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”, s/d.

RIPERT, Georges. *Aspectos Jurídicos do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Freitas Bastos, 1947.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *A democracia Liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarin, 1998.

ROUSSEAU, J-Jacques. *Do contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”, s/d.

SALGADO, Eneida Desirée. *Constituição e Democracia: tijolo por tijolo em um desenho (quase) Lógico: vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalism, Socialism and Democracy *apud* LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Instituições Políticas Democráticas: O segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Ed.), 1997.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 24^a ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, José Afonso da. *Poder Constituinte e Poder Popular*. São Paulo: Malheiros, 2002.

STRAUS, Flávio Augusto. *Soberania e integração latino-americano: uma perspectiva constitucional do Mercosul*. Rio de Janeiro: Forense, 2002

TELLES JUNIOR, Goffredo. *A democracia e o Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1965.

VASCONCELOS, J. *Democracia Pura*. São Paulo: Nobel, 2007.